



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

Bruna Miyazaki de Souza

MEMÓRIAS DA LIBERDADE:

Uma análise das transformações no bairro da Liberdade, em São Paulo a partir da renomeação da estação de metrô para “Japão-Liberdade”

Brasília, DF

2020

Bruna Miyazaki de Souza

MEMÓRIAS DA LIBERDADE:

Uma análise das transformações no bairro da Liberdade, em São Paulo a partir da renomeação da estação de metrô para “Japão-Liberdade”

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, DF

2020



FOLHA DE APROVAÇÃO

“Memórias da Liberdade: Uma análise das transformações no bairro da Liberdade, em São Paulo a partir da renomeação da estação de metrô para “Japão-Liberdade.”

Aluno: Bruna Miyazaki de Souza

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História Cultural - UnB

Celina Kuniyoshi – Membro

Professora Aposentada da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em História - USP

Clovis Carvalho Britto – Membro

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Estudos Culturais/UFRJ

Monique Batista Magaldi – Suplente

Professora da Universidade de Brasília (UnB)

https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6669959&infra_sistema=1000... 1/2
07/01/2021 SEI/UnB - 5958955 - Despacho

Doutora em Ciência da Informação - UnB

Brasília, 16 de novembro de 2020. Em 16/11/2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 05/12/2020, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de



Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Brião, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 10/12/2020, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de



Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Celina Kuniyoshi, Usuário Externo**, em 23/12/2020, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da



Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5958955** e o código CRC **9CD82CF8**. Referência: Processo nº 23106.114758/2020-01 SEI nº 5958955 https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6669959&infra_sistema=1000... 2/2

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família, que além de incentivarem sempre meus estudos me deram motivos para ser curiosa. Entre idas e vindas de muitas tradições, nunca deixei de buscar conhecimento sobre o que fazíamos, o que sempre gerou boas reuniões para lembrar épocas e acontecimentos que ficavam cada vez mais para trás. À minha família que sempre me inspirou de alguma forma.

Agradeço às professoras e aos professores da Universidade de Brasília, em especial da Faculdade de Ciência da Informação, bem como às amigas que caminharam junto nessa fase tão complexa e construíram boas memórias.

A todos aqueles que encontrei na Liberdade e cederam um pouco de seu tempo para trocar conhecimentos e renovar ideias e visões de um lugar infinito de detalhes e histórias.

Por último e não menos importante, à minha gata, que me acompanhou durante quase todas as etapas, principalmente nos dias mais frios, e às amigas e amigos fora da universidade que sempre estiveram presentes.

“糸を流れることも結び。時間が流れることも結び。 (...)”

寄り集まって形を作り、捻れて、絡まって、時には戻って途切れ、また繋がり。それが結び、それが時間”

O fluxo das linhas também é musubi. O fluxo do tempo também é musubi. (...) Tomam forma juntando, retorcendo, entrelaçando, voltando no tempo até que se conecte. Isto é musubi, isto é o tempo.

(Makoto Shinkai, Kimi no na wa, 2016)

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise da construção do Bairro da Liberdade até a percepção deste como um bairro imaginário e resultado do processo de gentrificação que passou o antigo Distrito Sul da Sé. Em seguida, traça um questionamento da manutenção da hegemonia da cultura japonesa frente ao conflito despertado após nomes do metrô e da praça receberem a palavra “Japão” junto ao nome “Liberdade”. Objetivamos compreender a repercussão dessas mudanças frente ao cenário de diversidade cultural e resgate da memória do local por meio da Capela dos Aflitos. Ao final, por meio de entrevistas e referências bibliográficas debatemos a identidade do bairro no imaginário coletivo.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Memória. Bairro da Liberdade. Capela dos Aflitos. Gentrificação.

Abstract

This paper presents an analysis of the construction of Bairro da Liberdade under the perspective of which from as an imagined neighborhood and a result of the gentrification that happened in the previous Distrito Sul da Sé (Sé's South District). Furthermore, the conservation of the hegemonic Japanese culture is questioned before the conflict raised due to the rename of the metro station and the plaza, in which the name "Japan" is shown along "Liberdade". The objective is to comprehend the repercussion of those changes in the context of cultural diversity and the local memory rescue by the Capela dos Aflitos (Aflitos' Chapel). At last, by means of interviews and bibliographic references, the identity of the referred neighborhood in the collective imaginary is debated.

Keywords: Cultural heritage. Memory. Bairro da Liberdade. Capela dos Aflitos. Gentrification

Lista de figuras

Figura 1 - Perímetro do distrito da Liberdade	19
Figura 2 - Fotografia do centro do bairro da Liberdade em 1962, preparada para receber a visita do então imperador do Japão Akihito	21
Figura 3 - Imagem do portal Torii ao final da segunda ponte no Viaduto Cidade de Osaka	24
Figura 4 - Vista à partir da calçada oposta à Praça, apresentando a fachada cenográfica do banco Bradesco, o início da rua Galvão Bueno ladeado pelos postes vermelhos e bandeiras verticais	24
Figura 5 - Monumento em homenagem aos 110 anos de imigração japonesa no Brasil. A escrita em japonês ao centro, em fonte maior que as das laterais, possui tradução para português nos escritos na base: Praça da Liberdade-Japão	25
Figura 6 - Fotografia da fachada da Capela dos Aflitos em 2019	30
Figura 7 - Fotografia da fachada da Capela dos Aflitos em 2019	31
Figura 8 - Design do personagem Chaguinhas para a HQ “Indivisível”	32
Figura 9 - Entrada da Capela dos Aflitos e banners com mensagens de agradecimento	33
Figura 10 - Fotografia da entrada da rua dos Aflitos durante segundas à sábados	38

Lista de abreviações

ACAL - Associação Cultural e Assistencial da Liberdade

Bunkyo – Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social

CDL - Coordenação de Logradouros e Próprios Municipais

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

MHIJB - Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Unamca - União dos Amigos da Capela de Nossa Senhora dos Aflitos

Sumário	
Introdução	10
Objetivos	12
Metodologia	13
Justificativa	14
CAPÍTULO 1: Bairro da Liberdade: contextualizando suas histórias e seu território	15
Chegada do imigrante japonês e os programas de revitalização	17
CAPÍTULO 2: a Capela dos Aflitos e histórias do nome Liberdade	28
“Liberdade” e “Japão”	32
Capítulo 3: a região imaginada do Bairro Oriental	40
Considerações finais	47
Referências bibliográficas	49
Anexos	54
Anexo I	54
Anexo II	57

Introdução

A partir de uma medida administrativa a estação de metrô da Praça da Liberdade, no Bairro da Liberdade, em São Paulo, foi renomeada. Posteriormente veio a ser alvo de críticas pela população. A partir desse acontecimento foi levantada a questão sobre a origem do bairro, se seria mesmo fundado pela colônia japonesa ou se haveria algum estrato mais antigo. Assim, da investigação do que seriam agentes formadores das memórias de quem frequenta o local percebe-se que há uma hierarquização das culturas asiáticas presentes, e uma sobreposição de períodos da história do Bairro da Liberdade e não uma justaposição.

De acordo com os eixos estudados no curso de Museologia, este trabalho, enquadrado no Eixo 3: Museologia e Patrimônio Cultural, está baseado na interdisciplinaridade da Museologia com a Antropologia e História. Por meio de conceitos de memória, identidade e lugar que trabalham o pertencimento a uma determinada cultura, comunidade e território. Desta forma ampliamos a reflexão sobre a construção de identidades e memórias por meio da relação da comunidade do Bairro da Liberdade e o meio no qual convivem.

Na estação de metrô Liberdade¹, o nome “Liberdade” passou a acompanhar a palavra “Japão”, à frente, que seria uma homenagem à comunidade japonesa e seus descendentes em razão, da comemoração dos 110 anos da Imigração Japonesa no Brasil. Anteriormente, foi alterado o nome da Praça da Liberdade para “Praça Liberdade-Japão”, em 2017 por meio do Projeto de Lei nº01-00357/2017. Sobre isto as reações do público não se assemelham àquelas referentes ao novo nome da estação de metrô.

O pedido para mudar o nome da estação surgiu em 2017 e foi oficializado em 25 de julho de 2018 por meio do Decreto nº 63.604. A ideia partiu de Hirofumi

¹ Nomenclatura utilizada de 1974 à 2018. Fonte: <<https://www.acalliberdade.org.br/>>. Acesso em: 25 de nov. 2019.

Ikesaki², que investiu cerca de R\$ 200 mil reais em limpeza e manutenção da Praça Liberdade-Japão³ e, dada sua influência local, conseguiu ter o plano concretizado.

Contudo, à época da mudança de nome críticas à decisão surgiram sobretudo nas redes sociais. Em um *post* no *facebook*, o advogado Renato Igarashi resgatou parte da história que deu origem ao bairro e ao nome “Liberdade”. Assim como relembra um dito popular que supostamente batizou o bairro, contando a história de Francisco José das Chagas (Chaguinhas) e o surgimento do nome “liberdade” entre a população da época. Outra manifestação interessante sobre a relação da Liberdade com os indivíduos que a frequentam é o trabalho de conclusão de curso em história em quadrinhos de Marília Marz (2019), “Indivisível”, que retrata a história de Chaguinhas e a presença negra na fundação do Bairro da Liberdade.

Esses posicionamentos nos fazem pensar sobre os espaços na Liberdade como lugares e não-lugares. Segundo Marc Augé (1994), “não-lugares” remetem a espaços nos quais não construímos experiências, são vias de passagem pelas quais cruzamos para chegar em um local com elementos que fazem parte de nossa identidade, ou seja, os “lugares”.

Discutir espaços e territorialidades refere-se às relações humanas com a terra resultando em sentimento de posse e criação de hierarquias,

(...) é tratar também de como se estabelecem marcos e fronteiras, de como se simboliza a separação espacial, de como se nomeia o território próprio e o território do outro, (...) pela vontade de poder e de hegemonia de dados grupos humanos sobre outros, alguns que se consideram inclusive superiores aos outros (...) (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007,p.9).

Apesar da existência da estação de metrô São Joaquim a poucas ruas do centro da Liberdade e que igualmente é ponto de conexão com a realidade do bairro, a estação Japão-Liberdade tornou-se um lugar não apenas de transição mas uma referência, uma porta de entrada receptiva. Assim, a ordem das palavras no novo

² Fundador da rede de lojas de cosméticos Ikesaki e atual presidente da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade.

³ Informação retirada de notícias publicadas pelo site da Veja: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/empresario-ikesaki-investe-200-000-reais-e-revitaliza-praca-da-liberdade/>>.

nome gerou desconforto por supor que um termo (Japão) deve existir antes do outro (Liberdade). Vemos isso como uma forma de, analogamente, sobrepor o período da história em que os japoneses ocuparam a região, uma época de modernização, como forma de deixar para trás a origem do bairro, que supõe um atraso e um passado que não deveria ser lembrado.

Da transitoriedade com que as paisagens urbanas mudam compreende-se a importância da discussão do assunto pela perspectiva da Museologia. A relação entre o espaço e seus indivíduos traz questões como seu engajamento com o patrimônio material das cidades e os lugares em que são criadas memórias e identidades. Os processos da musealização elevam um bem, o qual é valorizado por ser comumente representante de um grupo. Entretanto, há momentos em que a diversidade cultural, sobretudo de metrópoles como São Paulo, terá vozes reclamando sua vez de serem representados.

Percebendo, também, a movimentação causada pelo nome “Japão-Liberdade”, vemos uma forma de reavivar a história antes das imigrações asiáticas e perceber com nitidez elementos para além do orientalismo⁴ do bairro. Um exemplo disto é o trabalho de conclusão de curso da ilustradora e arquiteta Marília Marz, que expressou em história em quadrinhos memórias apagadas do bairro à época de sua nomeação como Liberdade.

Objetivos

Geral

Analisar os processos de esquecimento no Bairro da Liberdade em dois momentos: apenas com o nome Liberdade” e a junção do nome “Japão”.

Específicos

Contextualizar o histórico do Bairro da Liberdade com foco na relação entre a origem de seu nome e a presença da Capela dos Aflitos;

⁴ Para este trabalho utilizaremos o conceito de orientalismo como referência para os processos de caracterização de parte do Bairro da Liberdade para a delimitação do Bairro Oriental como espaço imaginado.

Analisar o contexto da mudança de nomes da estação de metrô e da praça;

Analisar as entrevistas com frequentadores do bairro sobre a relação do significado dos nomes.

Metodologia

Da inquietação da mudança de nome da estação de metrô e praça do Bairro da Liberdade vieram perguntas acerca da história do local. Tanto o presente quanto o passado apresentam narrativas nas quais a diversidade de indivíduos se mistura com as mudanças ali ocorridas. O cenário do bairro é constantemente renovado, sobrepondo não somente as histórias de cada loja como também do conjunto do comércio, que busca manter a temática oriental.

Sabendo dessa volatilidade, escolhemos três períodos a serem analisados: o primeiro é a história de formação do Bairro da Liberdade até sua nomeação, perpassando pelo contexto da necrópole e as condenações na Capela dos Aflitos e no Largo da Força, e o mito de “Chaguinhas”. Em seguida, os outros dois pontos estão no presente, no qual houve a re-nomeação para “Japão-Liberdade” de dois pontos de referência do bairro, a estação de metrô e a praça, processo que foi justificado pela comemoração dos 110 anos de imigração japonesa, e a pluralidade de imigrantes e descendentes de diversas culturas asiáticas, o que contrapõe ao uso unicamente de “Japão” nos lugares citados.

Nesses casos, trabalhamos com a ideia do peso dos nomes representando um grupo e excluindo a presença de outros. Ainda que haja uma maioria, outras identidades não deveriam ser diminuídas por meio de uma disputa de território em meio à convivência da diversidade. Essa análise pode ser feita pela toponomástica, parte da onomástica que estuda o nome próprio dos lugares desde sua origem. Assim como pela definição de local de memória como espaços de expressões culturais que geram o sentimento de identificação por parte de grupos sociais, ressaltando a diversidade (POLLAK, 1989).

Por meio de estudo de documentos dos processos de renomeação e consulta à literatura de processos de construção de memórias será possível compreender o simbolismo desse momento do bairro. Da mesma forma, utilizaremos da história oral

para que a perspectiva da comunidade esteja presente no discurso político referente ao lugar em que suas histórias acontecem.

Justificativa - REESCREVER

Tratamos do bairro da Liberdade como objeto de estudo multicultural que representa sua pluralidade em forma do turismo cultural voltado para suas características asiáticas, assim como na constatação da urgência em se reavivar o valores de preservação do patrimônio histórico que podem ser identificados na Capela dos Aflitos. O encontro desses dois momentos liga um passado que pode ser esquecido, remetendo à época da história dos negros da região, ação frequente nos processos de apagamento da memória negra nacional. Das quais há testemunhos materiais ainda fortemente presente na formação identitária e em outros aspectos da vida de seus frequentadores.

Do outro lado dessa ligação há o estado atual do bairro, que congrega elementos representativos da cultura japonesa que se estabeleceu após períodos de mudanças intensas desde a chegada dos imigrantes à região da Liberdade. Concomitantemente, esses fatores vieram a contribuir para uma tentativa de homogeneização da totalidade de culturas asiáticas presentes por meio dos programas de “orientalização” da Liberdade, que questionam a individualidade e a possibilidade de diferenciação destas.

CAPÍTULO 1: Bairro da Liberdade: contextualizando suas histórias e seu território

“A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente (...). A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir”

As Cidades Invisíveis - Ítalo Calvino

Analisando algumas camadas mais antigas da história do Bairro da Liberdade encontramos uma realidade bem diferente da atual. Por meio de uma série de publicações intitulada “Histórias dos Bairros de São Paulo”, o Arquivo Municipal de São Paulo reuniu monografias que relataram o passado de lugares que deram origem a 16 dos bairros do estado. Dentre elas encontramos os percursos que se formaram para a constituição da Liberdade.

Durante o século XVIII e começo do XIX, o então distrito sul da Sé, passagem entre o norte e o sul da cidade de São Paulo, abrigava uma população variada de negros e imigrantes europeus, em sua maioria italianos, e destinava as terras à produção agrícola que escoava em direção ao sul, ao Distrito de Santo Amaro. Por volta da década de 1770 havia perto do Largo da Forca, no centro do distrito, o Cemitério dos Aflitos (ou dos Enforcados), construído junto à Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados e à Capela Nossa Senhora dos Aflitos.

Segundo Laís Guimarães (1979), até o final do século XIX, a região do Distrito Sul da Sé, o Bairro da Pólvora, era considerada um vazio, uma área periférica ao centro de São Paulo, mais desenvolvido, sendo composta por grandes chácaras e propriedades rurais que se viram vítimas do loteamento e projetos de arruamento sem planejamento urbanístico para comportar a crescente população do centro. Inicialmente, para saber a atual localização identificava-se o endereço descrevendo parte dos arredores do local alvo. Utilizavam de elementos da geografia, nomes de pessoas populares do lugar ou direcionamentos conforme o ponto de partida, já que não havia placas de nome das ruas nem numeração das casas. Somente em 1905, pela Lei nº 975, o Distrito Sul da Sé passa a ser Distrito da Liberdade (Figura 1)⁵,

⁵Disponível

em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/index.php?p=36876>>. Acesso em: 18 de maio 2020.

contudo a lei foi revogada em 2006, delimitando a região da Praça da Liberdade-Japão com a estação de metrô Japão-Liberdade como parte do Distrito da Sé.

Figura 1 - Perímetro do distrito da Liberdade



Fonte: Site da Prefeitura de São Paulo

Tendo em vista o rápido crescimento populacional e as iniciativas de intervenção urbana, o território que comportava chácaras e grandes propriedades rurais começava a ser fragmentado. O loteamento da terra facilitou a construção de prédios, pavimentação, ampliação de ruas e futuramente demandaria a construção de duas estações de metrô já na década de 1970.

Pode-se, pois, afirmar que foi no primeiro quartel do século XX, mais acentuadamente, que o bairro da Liberdade adquiriu suas características geográficas. Posteriormente, muitas outras modificações se fizeram, principalmente quando a Prefeitura Municipal partiu para uma política

administrativa de construção de grandes avenidas e linhas metroviárias (GUIMARÃES, 1979, p.56).

O antigo traçado do bairro ainda apresenta algumas partes preservadas, dentre as quais o Largo da Pólvora, que mantém a identificação do local no qual se situava a Casa da Pólvora, ponto de referência para quem chegava ao bairro; o Largo da Liberdade, hoje Praça da Liberdade-Japão, que anteriormente era chamado de Largo da Forca por ter sido palco da principal força utilizada em São Paulo até 1821; o beco dos Aflitos, hoje, rua dos Aflitos, onde ao fim encontra-se a Capela dos Aflitos, particularmente ligada a outro momento da história do bairro que aprofundaremos no segundo capítulo.

O processo de gentrificação pelo qual o bairro da Liberdade passou revela muito do propósito de ocupar em pouco tempo um “vazio”, alinhado à vontade de ter uma cidade voltada para o progresso. Contudo, a literatura que achamos sobre seus habitantes centraliza a presença de apenas colonos imigrantes, donos de propriedades economicamente ativas. E, já no início do século XXI, a alocação de imigrantes asiáticos para a criação de um bairro étnico temático voltado para o turismo e o delineamento do orientalismo.

Chegada do imigrante japonês e os programas de revitalização

Atualmente conhecemos o Bairro da Liberdade, em São Paulo, pela presença de culturas asiáticas ali manifestadas, sobretudo a japonesa, o que fez nascer apelidos como “bairro oriental” e “bairro japonês”. Destaque e atrativo para muitos turistas e até mesmo moradores locais, o comércio diversificado e curioso aos olhares não acostumados com tais elementos, o bairro se cobre de pessoas todos os dias. Contudo a história do assentamento da colônia japonesa no local é marcada por conflitos, perseguições e um começo difícil para os imigrantes.

Fantin (2015) apresenta um panorama da história dos imigrantes e sua chegada do interior e do trabalho nas lavouras aos porões da rua Conde de Sarzedas e posteriormente ao centro do Bairro da Liberdade. Entre os anos de 1912 e 1972 foi o período inicial de estadia e início da organização e estruturação das famílias japonesas naquela rua, atraídas pelo baixo custo de moradia e pela melhor oferta de trabalho na cidade (FANTIN, 2015, p.80). A criação de atividades,

ocupações e periódicos⁶ foram elementos que assegurariam a fixação da comunidade no local, não fossem as medidas restritivas criadas pelo Estado Novo para reduzir a entrada de estrangeiros e as perseguições a imigrantes italianos, alemães e japoneses⁷. Foi apenas após esse período, em 1974 que os japoneses começaram a retornar ao Bairro da Liberdade com mais esperanças de reconstrução, direcionando-se para a rua Galvão Bueno.

Emblemática quando nos referimos ao Bairro da Liberdade, a rua Galvão Bueno anteriormente era conhecida como rua dos Estudantes, bem como a maioria das ruas da região devido à concentração de repúblicas de estudantes. Até hoje é comum encontrar diversas pensões próximas à essa rua e nas margens da Avenida Liberdade.

O incentivo ao povoamento local por famílias asiáticas também contribuiu para a formação da imagem do bairro “oriental”. Promover o comércio local que, primeiramente, surgiu da necessidade dos colonos de insumos alimentícios que não eram encontrados aqui, tais como *shouyu*, *tofu* e até mesmo *manju*⁸, e serviços básicos como marcenaria e hotelaria (FANTIN, 2015), tornou-se um apoio à economia local (HANDA, 1987; NAKAGAWA, OKANO, NAKAGAWA, 2011). Naturalmente a produção desses itens desenvolveu outros estabelecimentos fora dos porões⁹ e voltado para setores do entretenimento. Notadamente destacam-se duas instituições o Cine Niterói¹⁰ (1953-1968) como principal cinema e ponto de

⁶ No período citado foram criados e emitidos jornais como o Nambei(1916), o Nippak Shinbun(1916), e o Brasil Jihô(1917) (FANTIN, 2015).

⁷ Além dessas medidas, dentre os japoneses surgiram grupos conflitantes de imigrantes divididos em *makegumi* e *kachigumi* (partido dos Perdedores e partido dos Vitoriosos, respectivamente) que discutiam a posição do Japão após a guerra, levando à perseguição dos que acreditavam na perda sob o jugo de serem contra a nação. Nesse período, o acesso a informações do Japão tornaram-se escassas, havendo ruídos na comunicação com muitos dos imigrantes, que, mantendo o nacionalismo e a esperança de voltarem para sua origem, custaram a aceitar a derrota (FANTIN, 2015; HANDA, 1987).

⁸ *Shouyu* e *tofu* são, juntamente ao arroz, elementos básicos da alimentação tradicional japonesa e tanto os ingredientes quanto o modo de fazer não exigem tantos gastos. Portanto priorizou-se ter esses alimentos no começo. O *manju* é uma iguaria de massa de trigo e doce de feijão azuki que pode ser dado como lembrancinha ou cortesia.

⁹ À princípio, a acomodação dos japoneses na Liberdade aconteceu nos porões de galpões na rua Conde de Sarzedas, ainda existente no distrito da Sé.

¹⁰ Localizava-se em um dos principais prédios com hotel e restaurante, e de nome igual ao distrito de Niterói, no Rio de Janeiro, o cinema possui duas versões para a origem de seu nome: a primeira, e mais repercutida, refere-se à aglutinação dos nomes *Nitto*, um arcaísmo para o nome do Japão (hoje, *Nippon*), e “herói”; a segunda, que um dos fundadores, que era japonês, teria chegado ao Brasil pelo porto de Niterói e resolveu homenagear dando o mesmo nome ao cinema. Em 1968, o prédio em que

encontro e diversão dos japoneses e, possivelmente, das primeiras gerações de descendentes, e a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social, mais conhecida como Bunkyo¹¹. Encontra-se nesse mesmo prédio o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (MHIJB), gerido pelo Bunkyo e inaugurado em 1978 como marco dos 70 anos de imigração japonesa.

Como uma instituição que carrega memórias por gerações, o Museu é participante na construção identitária dos nipo-descendentes além do bairro da Liberdade. Suas coleções apresentadas em três andares narram profundamente a trajetória dos imigrantes japoneses até hoje. No primeiro andar, abrigando uma réplica da casa do colono em que muitos dos migrantes viveram e as condições políticas que favoreceram essa comunicação, como uma versão digital e interativa do Tratado de Amizade Brasil-Japão (1895), o Museu recebe o visitante com a visão de um passado de esforços. Os percursos que muitas famílias fizeram até alcançarem condições melhores para viverem aqui e os episódios de perseguição política no período pós Segunda Guerra Mundial estão ambientados no segundo andar. Em contrapartida, e representando a contemporaneidade dos feitos da comunidade nipo-brasileira, o terceiro andar apresenta exposições temporárias e dá espaço a eventos e cerimônias relativas à temática do museu.

Figura 2 - Fotografia do centro do bairro da Liberdade em 1962, preparada para receber a visita do então imperador do Japão Akihito



Fonte: acervo iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo

se localizava teve de ser demolido para a construção do viaduto Cidade Osaka, em obra de expansão da rua Galvão Bueno.

¹¹ Bunkyo é uma junção das palavras em japonês *bunka*, que significa cultura, e *kyoukai*, associação.

Em seu livro “O Imigrante Japonês”, Tomoo Handa (1987) expressa detalhadamente a visão comum a muitos dos imigrantes que tiveram suas vivências reescritas desde a partida dos portos japoneses até a situação mais atual da presença nipônica em São Paulo. Conforme a aproximação das culturas foi acontecendo, projetos de revitalização tomaram frente à caracterização da Liberdade, dos quais analisaremos: entre as décadas de 1970 e 1980, chamado de Programa de Orientalização, e em 2008, chamado de O Caminho do Imperador (SAITO, 2008; NAKAGAWA, OKANO, NAKAGAWA, 2011).

O primeiro, idealizado por Randolpho Marques de Lobato, em 1969, tinha intenção de iniciar os processos de orientalização do bairro inspirado na onda da criação dos bairros étnicos dos Estados Unidos, como a Chinatown e Little Tokyo, ambos na Califórnia. As futuras transformações da Liberdade seriam um tratamento de aplicação de simbologias de culturas orientais, como um chamariz para turistas e, conseqüentemente, para o crescimento econômico.

As marcas do Projeto de Orientalização tentam estabelecer zonas fronteiriças na construção de um sistema de ordem que identifica o que está dentro ou fora do mesmo. Nesse contexto, torna-se compreensível a saturação de informação nas principais ruas que engloba o Projeto (SAITO, 2008, p.9).

A segunda revitalização partiu de uma parceria entre o Instituto Paulo Kobayashi e empresas interessadas e com o apoio da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade, no ano de comemoração dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, em 2008. Naquele ano foi idealizado um projeto de revitalização de toda a região do bairro percorrida pelo então príncipe herdeiro Akihito, hoje, imperador, em sua visita em 1997. Desse acontecimento surgiu o nome do projeto como “O Caminho do Imperador”. Contudo, segundo publicação¹² no site da prefeitura de São Paulo, apenas uma parte foi concluída: reformaram a praça central e trocaram os postes vermelhos, que hoje já não estão em boas condições de preservação.

Outra revitalização mais recente foi realizada na região da praça, em 2018, financiada diretamente pelo empresário Hirofumi Ikesaki, fundador da rede de lojas

¹² “Entregue a primeira etapa do projeto 'O Caminho do Imperador', na Liberdade”

Disponível

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=129076>>. Acesso em 22 abr. 2020.

em:

de cosméticos *Ikesaki* e presidente da Associação Cultural e Assistencial da Liberdade (ACAL). Na ocasião, o ano marcava 110 anos da imigração japonesa, o que motivou Ikesaki a solicitar a mudança do nome da Praça da Liberdade para Praça Liberdade-Japão. É de responsabilidade da Associação a realização dos principais eventos realizados na Liberdade, sendo todos de contexto da cultura japonesa, além de participar de projetos de limpeza das ruas, conservação dos elementos urbanos e promoção do comércio. Inclusive, a Associação fez parte do apoio ao Projeto Bairro Limpo Liberdade, juntamente ao Bunkyo e alguns representantes comerciais, proporcionando uma ação de voluntários para cuidar da limpeza detalhada da Praça da Liberdade-Japão, dos bueiros e calçadas¹³.

Além de parte importante da história da imigração japonesa e das novas gerações, o bairro continua a agregar elementos de diversas etnias asiáticas a novos cotidianos que não se limitam a moradores do bairro, fazendo parte do imaginário de simpatizantes das culturas manifestadas. Assim, a aproximação com o bairro oferece, de certo modo, uma imersão no exótico que aos poucos passa a ser comum quando notadas as constantes do lugar: cenografia urbana, eventos em datas fixas, lojas perenes que compõem uma identidade visual¹⁴.

O estabelecimento da relação entre a dinâmica sociocultural do bairro com a influência que ele exerce sobre a população interna e externa nos leva a distinguir o seu papel dentro da cidade e da sociedade como um todo. Poucos são os bairros de São Paulo que ainda possuem tão fortemente uma imagem étnica. Existe a importância do poder público no suporte de tais eventos. Desta forma as festas orientais da Liberdade e o próprio bairro confundem-se no imaginário da população e enraízam-se na história da cidade, implicando uma estruturação na relação entre os componentes que formam e transformam os ambientes (MORI et.al, 2010, p.590).

¹³ “Prefeitura Sé realiza Bairro Lindo na Liberdade: mais de 480 voluntários participaram da 3ª edição do programa”. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=74927>>. Acesso em 3 de jun. 2020.

¹⁴ Respectivamente temos como exemplos ocorridos na Liberdade: o Ano Novo Chinês, comemorado no segundo final de semana de fevereiro, data correspondente ao início do Ano Novo do calendário lunar; o *Tanabata Matsuri*, ou Festival das Estrelas, que ocorre no segundo final de semana de julho em referência à uma data do folclore japonês sobre duas estrelas que só encontram-se nessa data; o *Mochi Tsuki Matruri*, comemorado dia 31 de dezembro com a distribuição de bolinhos de arroz mochi como diz a tradição japonesa para dar boa fortuna no próximo ano. As lojas mais antigas também continuam em seus lugares: Livraria Sol, Mercado Marukai, Livraria Fonomag, Hotel Akasaka, Merceria Casa Bueno, etc. Todos acompanhados nas ruas pelos icônicos postes vermelhos em estilo de lanterna japonesa, o portal *Ootori* e *noboris*, bandeiras verticais que geralmente aparecem em períodos festivos.

Podemos experienciar o ambiente de uma cidade de diversas maneiras, mas ao percorrermos seus espaços no ritmo de andanças e não pela janela de transportes públicos e particulares percebemos melhor seus detalhes. Dessa forma, para este trabalho, parte da análise do objeto de pesquisa se deu por esse contato direto com as ruas. Quando andamos pela principal rua, Galvão Bueno, e observamos os pavimentos é possível perceber a heráldica *mitsudomoe*¹⁵. Também chama atenção alguns dos letreiros no comércio com palavras em japonês, igualmente adotado por lojas de produtos chineses e taiwaneses. O portal, estrategicamente situado na ponte do meio, na rua Galvão Bueno, é um marco de boas-vindas que frequentemente aparece em fotos de turistas e propagandas sobre o bairro. Por outro lado, suas estruturas de sustentação dividem espaço com comerciantes informais e “lambe-lambes”. Sutilmente, os postes vermelhos com conjuntos de três lanternas *chouchin* imitando as *suzurantou*¹⁶, são vistos em ambos os lados das ruas formando uma sequência semelhante a portais *torii*, muito comum em templos no Japão. A iluminação mais branda dos postes comuns também faz parte do simbolismo criado pelas lanternas, mesmo após algumas serem trocadas por lâmpadas de luz amarela. Sua cor vermelha é representativa de muitas nações asiáticas, podendo ser vista também nas três pontes que delimitam o território do bairro, e no grande portal *Ootorii*. Também a fachada do Banco Bradesco, Itaú e Santander ganharam decorações e frases em língua japonesa.

¹⁵ A palavra *mitsudomoe*, o símbolo composto por três formatos de gotas em círculo, costuma estar presente juntamente a outros talismãs para trazer proteção de determinada divindade, porém, no caso em estudo não houve essa associação, sendo, portanto, utilizado para fins estéticos de demarcação do território do Bairro Oriental (NAKAGAWA, OKANO, NAKAGAWA, p.5, 2011).

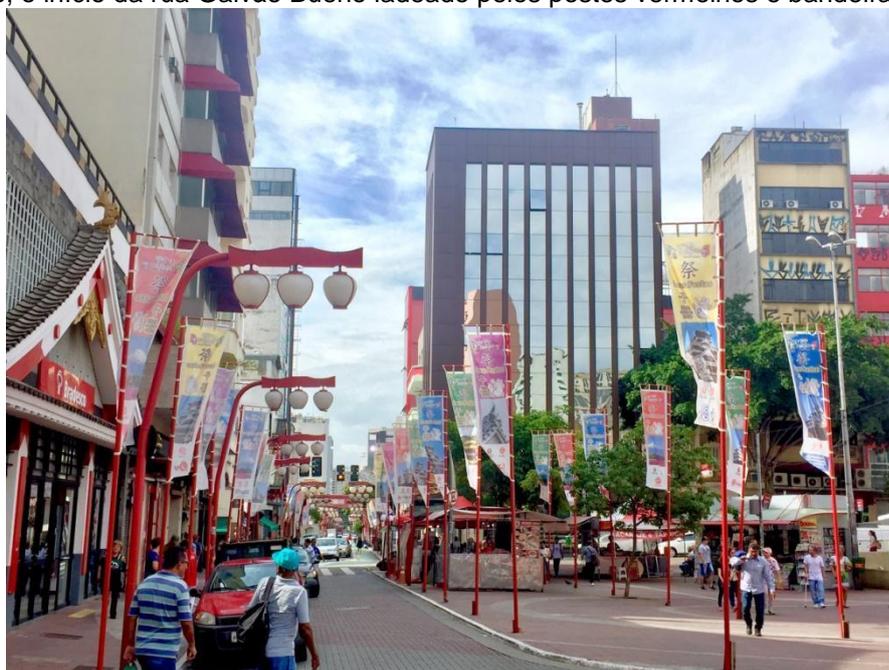
¹⁶ Diz-se que o design das lanternas foi pensado para assemelhar à flor *suzuran*, ou lírio-do-vale.

Figura 3 - Imagem do portal Torii ao final da segunda ponte no Viaduto Cidade de Osaka



Fonte: Acervo pessoal (2019)

Figura 4 - Vista a partir da calçada oposta à Praça, apresentando a fachada cenográfica do banco Bradesco, o início da rua Galvão Bueno ladeado pelos postes vermelhos e bandeiras verticais



Fonte: Acervo pessoal (2019)

A estação de metrô Japão-Liberdade por si representa um ponto de encontro de jovens em eventos, reunidos ao lado dos portões de acesso à praça. Em especial aqueles identificados como “otaku” ou apreciadores ávidos da cultura pop japonesa, costumam marcar presença no local e ao longo das principais ruas comerciais. Em dias de eventos culturais e nas feirinhas dos finais de semana é possível vivenciar quão expressiva é a cultura japonesa para essas pessoas, demarcando quase que fisicamente seu território no bairro, chegando até mesmo a encobrir paisagens como dos monumentos na praça Liberdade-Japão. Um exemplo desses monumentos é o

marco comemorativo dos 110 anos de imigração japonesa, que apenas em horários de pouco trânsito de pessoas pode ser visto.

Figura 5 - Monumento em homenagem aos 110 anos de imigração japonesa no Brasil. A escrita em japonês ao centro, em fonte maior que as das laterais, possui tradução para português nos escritos na base: Praça da Liberdade-Japão



Fonte: Acervo pessoal (2019)

Por outra perspectiva, a estação é também uma ponte simbólica entre o cenário tipicamente ocidental de outras partes de São Paulo que se interligam pelo transporte subterrâneo. Contribuindo para a sensação de estar em um lugar ambientado pelo orientalismo o visitante, em especial os turistas, têm um primeiro impacto visual complementado por cheiros, falas em diversos idiomas e pessoas de fenótipo característico do sudeste asiático. A construção da imagem dessas pessoas é lembrada por Dezem (2005) quando da escolha dos novos trabalhadores que substituiriam a mão-de-obra escrava, pautada em hierarquização de raças e discriminava a existência de três raças. Categorizando os imigrantes asiáticos como “amarelas” é perceptível o distanciamento da imagem de um “branco”, o que na época (século XIX) era constantemente reafirmado como superior. Justificando a preferência brasileira por imigrantes europeus, e, posteriormente, por japoneses.

A questão da escolha dos imigrantes que viriam a compor o período de transição do uso de escravos para a recepção de trabalhadores brancos europeus deu início a uma série de comparações. Destas adjetivações preconceituosas foram utilizadas para recusar a abertura à vinda de chineses, chamados de *chins*, optando por japoneses. Como visto na passagem do texto: “(...) ao chinês, atribuía-se o papel de *servir ao homem branco* e, também, aos que se autodenominavam os ‘brancos’ da Ásia, os japoneses” (DEZEM, 2005, p.9).

Silveira e Moraes (2009) trazem a relação entre as transformações das cidades como parte da formação de identidade de sua população. É visto que o envolvimento dos indivíduos com a fluidez dos centros urbanos mescla termos descritivos de cenários urbanos e outros relacionados à anatomia humana, como o sistema circulatório. Isso sugere uma assimilação interpessoal do indivíduo com elementos de seu cotidiano.

Pensar e refletir sobre a cidade e seus espaços é tentar entendê-la como fenômeno em contínuo processo de transformação no espaço e no tempo, os fundamentos sociais nela envolvidos e quais são os novos valores que pretendemos ter nos dias de hoje e, também, em nosso futuro; é examinar a relação histórico-social que os homens travam com as cidades, e o que esta significa (SILVEIRA e MORAES, 2009, p.8).

O imaginário é diretamente influenciado pelo patrimônio urbano, que existe e resiste através da preservação. “A memória carrega em si um caráter marcado pela identificação e pela afetividade, pois diz respeito a todas possibilidades de relações sociais de um indivíduo (...)” (SILVEIRA e MORAES, 2009, p.10), aqui vemos que toda vivência traz inúmeras possibilidades de interpretações e estas também estão sujeitas a serem interpretados, formando e transformando conceitos.

Em São Paulo foi criada a Lei Cidade Limpa - Lei nº14.223 de 26 de setembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº47.950/2006 - visando a implementação de normas para a ordenação de elementos da paisagem urbana do município de São Paulo. Dentre as orientações, estabeleceu-se limites para a projeção de decorações de fachadas do comércio ou qualquer tipo de caracterização que comprometesse o bem-estar visual e a mobilidade urbana, a fim de torná-la acolhedora.

Assim, na Liberdade, modificou-se a configuração do espaço aéreo, anteriormente preenchido por placas com nomes das lojas na rua Galvão Bueno escritos em japonês e chinês, o que comprometeu parte da caracterização destas, e, portanto, do bairro. Dessa forma, não somente o interesse em orientalizar o lugar foi afetado como também a vontade dos comerciantes de destacar a identidade de seu negócio.

Emanuel Braga (2015) pontua que os processos de revitalização são ações da visão de suposta deterioração do espaço público por seus atuais habitantes, gerando necessidade de intervenção e afastamento destes para que uma classe social mais abastada reestruture o ambiente favoravelmente à valorização imobiliária e comercial. Acontece que essas imposições demarcam o território com o acúmulo de capital cultural restrito a um grupo social particular desconsiderando e até mesmo apagando os demais. Conseqüentemente, a homogeneização do bairro como espaço turístico requer o uso de elementos culturais de formação identitária como atrativos ao projeto de espetacularização do “exótico”. Junto a esses desdobramentos surge, também, a possibilidade de ressignificar lugares em não-lugares e interferir no simbólico que uma comunidade cria sobre seu lugar de memória. Como vemos no caso em que a implementação dos programas de orientalização da Liberdade sob poucas perspectivas de quem a cultura seria representada.

Inclusive podemos afirmar que a condensação de tantos elementos cenográficos se faz perder a noção do que está sendo apresentado, de onde vêm as referências e os demais elementos que são, direta ou indiretamente, ofuscados, ainda que sejam valorizados por uma pequena parcela da comunidade.

O discurso atual da cidade como imagem é o dos “pais da cidade”, empreendedores e políticos que tentam aumentar a receita com o turismo de massa, convenções e alugueis de espaços comerciais. O que é central para este novo tipo de política urbana são os espaços estéticos para consumo cultural, *megastores* e megaeventos musicais, festivais e espetáculos de todo tipo, todos tentando atrair novos tipos de turista -- desde o visitante de feriado até o incansável caminhador metropolitano, que vieram substituir o velho modelo do ocioso *flanêur* (HUYSSSEN, 2000, p.91).

Passar pelo processo de gentrificação¹⁷ do bairro também significa rever o aproveitamento da presença de etnias asiáticas que seriam convenientes à transformação econômica local. O patrimônio cultural imaterial expresso por estes se tornaram elementos essenciais ao turismo, fomentando o consumismo da cultura de massas japonesa, principalmente, e homogeneizando a imagem das demais manifestações culturais e até o patrimônio histórico necessário à memória do bairro. Dessa forma, em razão da vontade dos gestores de manter a interpretação da Liberdade como “oriental”, a visão dos valores atribuídos à Capela dos Aflitos é posta em discussão.

Em meio a essa expressiva visão do Bairro da Liberdade alguns espaços podem passar despercebidos. Dois pontos se destacam na rua dos Estudantes, a Igreja Santa Cruz dos Enforcados, perpendicular à Avenida da Liberdade, e a Capela de Nossa Senhora das Almas dos Aflitos, na rua dos Aflitos, paralela à rua Galvão Bueno. Juntamente à Igreja da Boa Morte compõem a tríade de igrejas que demarcam o perímetro do bairro. Contudo nos ateremos à história da Capela dos Aflitos, no capítulo seguinte, considerando seu protagonismo na discussão dos motivos para o uso do nome “liberdade” na Praça.

¹⁷ Braga (2015) conceitua o termo gentrificação como sendo processos de remoção de habitantes de classes mais baixas para a trazer aquelas de classes ditas altas, e de a localidade seja revitalizada para atender o consumo cultural dos novos moradores. Entretanto, a gentrificação tora seletivo o que se considera cultura e restringe a diversidade e direito de ocupar do grupo que já estava o lugar. Entendemos aqui, como gentrificação, os efeitos da descaracterização da parte do bairro que, segundo Andrade (2016), foi deslocada para a baixada do Glicério, em prol de interesses políticos que beneficiassem o crescimento econômico da região central. Assim reforçando o caráter de “cidade-palimpsesto” (HYUSSE, 200) quando do apagamento sistemático da história de lugares como o Cemitério dos Aflitos Largo da Força e Pelourinho.

CAPÍTULO 2: a Capela dos Aflitos e histórias do nome Liberdade

Da configuração do bairro após as revitalizações destacamos a Capela dos Aflitos como bem de importância singular à memória do bairro. Inaugurada em 27 de junho de 1779, a Capela Nossa Senhora das Almas dos Aflitos foi erguida dentro do Cemitério dos Aflitos (1775), uma das mais antigas necrópoles de São Paulo, que funcionou até 1858¹⁸. À época, o local era destinado ao sepultamento de indivíduos marginalizados, escravizados que não pertencessem à Irmandade do Rosário, que muitas vezes eram condenados à forca. Em 1978, a Capela foi tombada em âmbito estadual como monumento histórico, de forma a ser preservada como evidência de que existiu em seus arredores o cemitério e por reconhecimento da arquitetura original em taipa de pilão¹⁹.

De acordo com a Associação de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Paisagístico da cidade de São Paulo, também chamada de Associação Preserva São Paulo, o fundador da capela, Dom Frei Manoel da Ressurreição, também criou o do Cemitério dos Aflitos, em 1775. Até finais da década de 1880, quando o terreno foi posto a loteamento e venda, a Cúria Diocesana preservou os elementos barrocos originais na Capela, os quais foram danificados e perdidos com a ação do tempo. Na figura 7, a seguir, é possível verificar o estado de conservação predial externa até o ano de 2019, configuração que é resultado de reformas realizadas em **1869VERIFICAR**, segundo consta no processo de vistoria do Beco dos Aflitos, realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). A nova aparência conta com acréscimos de alvenaria e concreto no edifício principal, vindo a descaracterizar a fachada.

¹⁸ Sabe-se que o motivo do fechamento foi a abertura do Cemitério da Consolação, em 1858.

¹⁹ Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/capela-dos-aflitos/>.

Figura 6 - Fotografia da fachada da Capela dos Aflitos em 2019



Fonte: Acervo pessoal (2019)

Para defender a valorização da capela, a União dos Amigos da Capela dos Aflitos (Unamca) atua em sua preservação, considerando-a um símbolo ímpar para conhecer a história do bairro. Esse coletivo sem fins lucrativos formado em 2018 pela frequentadora Eliz Alves, pelo antropólogo Sílvio Santana, pelo jornalista Ivan Husky, e por Dona Maria da Graça, rainha do Congo de Minas Gerais, trabalha para a valorização da capela por meio da divulgação de sua história e relação com o bairro, defendendo, também, o culto à Nossa Senhora dos Aflitos e ao santo popular Chaguinhas, por vezes chamado de Santo da Liberdade.

Por meio de medidas responsivas às mudanças na vizinhança que este grupo, por meio de carta aberta, justificou os riscos que poderiam atingir a capela. Em um caso de reforma de um prédio adjacente, houve abalos na estrutura predial já comprometida pelo incêndio ocorrido no final da década de 1990, que danificou estruturas internas e mobiliários de culto. Entretanto, de acordo com representantes da Unamca, até a realização da entrevista, não houve obra de restauro ou adequação dos meios de preservação do imóvel nem de seus bens.

Em dezembro de 2018, o terreno atrás da capela tornou-se objeto de pesquisa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo encontrado um sítio arqueológico²⁰ com nove ossadas humanas de pessoas

²⁰ Cadastrado em 13 de fevereiro de 2020 como “Sítio Arqueológico Cemitério dos Aflitos” na plataforma de informação e gestão do Patrimônio Cultural, gerenciada por meio do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG - Iphan), conforme consta publicação no site do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5580/sitio-arqueologico-cemiterio-dos-aflitos-na-liberdade-sp-e-cadastrado-pelo-iphan>>.

executadas, indígenas e escravos²¹. A região do sítio foi tombada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e pelo Condephaat, reconhecendo que os vestígios encontrados tem importância para a história da cidade e são meios de não se esquecer do que já veio a ser o bairro.

As histórias do bairro da Liberdade, da Capela dos Aflitos e Igreja Santa Cruz dos Enforcados convergem em diversos pontos, dentre os quais a relação do caminho feito por presos até a forca, a justificativa pela crença na história de Francisco José das Chagas (Chaguinhas) na adoção do nome Liberdade para o bairro. Sabemos do primeiro aspecto sobre a narrativa do trajeto que os supliciados e os condenados passariam entre o Largo do Pelourinho ao Largo da Forca. Nesta, assistiam a uma última missa na Igreja Santa Cruz dos Enforcados e recebiam o julgamento na Capela dos Aflitos.

Em missas, antes das cerimônias iniciarem, o padre enuncia aos fiéis a história do santo popular Chaguinhas, também chamado de santo da Liberdade (Figuras 7 e 8): segundo a crença, levada por gerações de moradores do bairro, Francisco José das Chagas foi um oficial brasileiro que liderou um levante, em 1821, contra o atraso dos salários dos soldados brasileiros, juntamente a Joaquim José Cotindiba.

²¹ Dentre os materiais encontrados havia contas de vidro que, segundo Leila Maria França, arqueóloga do Iphan-SP, “indicam que estas estavam vinculadas à religião de matriz africana, especialmente ao culto de Ogum - conclusão tecida a partir de outros contextos brasileiros, e respectivos estudos que ligam a prática de levá-los à sepultura aos costumes das populações de Guiné, Nação Cabinda ou Benguela”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5580/sitio-arqueologico-cemiterio-dos-aflitos-na-liberdade-sp-e-cadastrado-pelo-iphan>>.

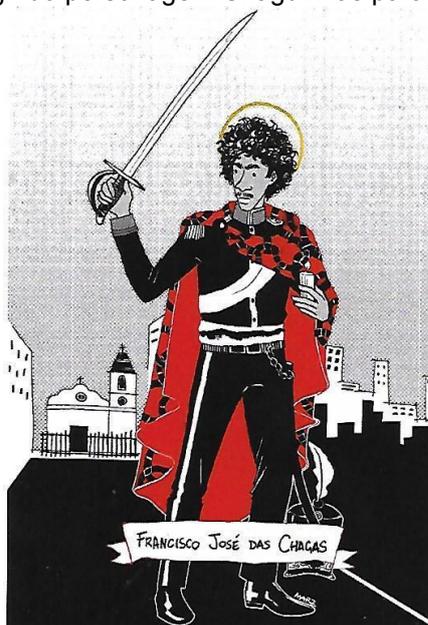
Figura 7 - Fotografia da fachada da Capela dos Aflitos em 2019



Fonte: Indivísivel (Marília Marz 2019)

Fracassado o movimento, Chaguinhas assumiu a culpa sozinho e foi sentenciado à forca. Foram feitas três tentativas até que foi executado pelo carrasco de outra forma. A população que assistia clamava por liberdade durante o processo, o que levou a caracterizar o surgimento do nome de bairro da Liberdade. Conta-se, também, que antes da execução, Chaguinhas permaneceu por um tempo em um quarto pequeno na Capela. Hoje, os fiéis fazem pedidos acendendo uma vela e batendo três vezes à porta desse quarto, que é mantido fechado. Aqueles cujo pedido é realizado costumam voltar para assistir as missas e alguns deixam na entrada *banners* de agradecimento ao santo milagroso (Figura 9).

Figura 8 - Design do personagem Chaguinhas para a HQ “Indivísivel”



Fonte: Indivísivel (Marília Marz, 2019)

Na imagem acima de Chaguinhas vemos uma representação em forma de personagem da história em quadrinho (HQ) “Indivisível” de Marília Marz (2019), que destaca exatamente esse período da história do santo da Liberdade e traz reflexões sobre a identidade e memórias negras do bairro. Essa obra tornou-se um dos mais importantes meios acessíveis de veiculação da história da Capela dos Aflitos e instigou a reflexão acerca desse lugar quase apagado em São Paulo que contrasta tanto com os arredores cheios de agitação. Apesar desses destaques, não há no bairro nenhum outro marco ou monumento em homenagem a Chaguinhas, senão a Capela, assim como há obras dedicadas à outras figuras pertencentes à história da imigração japonesa, das quais temos o monumento em comemoração aos 110 anos de imigração, o busto de Tsuyoshi Mizumoto²², e o monumento Rádio Taisso²³, todos localizados na Praça da Liberdade.

Figura 9 - Entrada da Capela dos Aflitos e banners com mensagens de agradecimento



Fonte: Acervo pessoal (2019)

²² Fundador da Feira de Arte e Artesanato da Liberdade (desde 1975 até atualmente) e fundador da Associação dos Lojistas da Liberdade, atual Associação Cultural e Assistencial da Liberdade (ACAL).

²³ Inaugurado em 1978, o monumento Rádio Taisso marca uma tradição da década de 1928 no Japão que foi repassada para a colônia na Liberdade. Todas as manhãs um grupo de idosos uniformizados se concentra na Praça para realizar a ginástica rítmica antes de começarem o dia. Em 2018, por iniciativa da empresa Yakult, o monumento foi restaurado.

“Liberdade” e “Japão”

Mudanças de nomes de lugares em São Paulo são uma constante que renovam a identificação dos espaços e provocam reflexões. Como no caso da renomeação da Praça da Liberdade, que veio a ser Praça da Liberdade-Japão em 2018 por meio da Lei nº 16.960/2018, em razão da comemoração de 110 anos da vinda dos japoneses, bem como da estação de metrô que passou a ser estação Japão-Liberdade, pelo decreto nº 63.604, de 24 de julho de 2018. Como um estopim, essa última mudança reverberou em manifestações em redes sociais e jornais virtuais²⁴ sobre a história do bairro antes da presença japonesa e como ainda é possível ver testemunhos dessa época, em específico, a Capela dos Aflitos, a Igreja Santa Cruz dos Enforcados e a Praça da Liberdade-Japão. O uso da palavra Japão trouxe uma visão generalizante que diverge da real configuração do bairro da Liberdade, que é plural em todas as formas de expressão cultural, ainda que não estejam no foco da imagem vendida pelo turismo cultural. Sendo este, então, centralizado no território do comércio e da orientalização. Portanto, a medida de renomeação é um apagamento de outra parte do mesmo lugar.

Por outra perspectiva, a justificativa para essa alteração é baseada na influência dos imigrantes japoneses e seus descendentes, aproveitando a data de 110 anos de imigração²⁵. Contudo, surgiram controvérsias no pedido: inicialmente, o investimento em revitalização da Praça Liberdade-Japão, em 2018, por parte do empresário Hirofumi Ikesaki, encaixou como mais um pretexto para agregar o nome “Japão”. Em contrapartida à essa proposta de homenagem, há uma falha de comunicação com outras culturas do bairro, como foi expresso por um representante da Unamca. A mudança veio para o coletivo como uma surpresa, sem diálogo que permitisse a compreensão de ambos os lados acerca dos topônimos da Liberdade.

Apesar disso, inicialmente o projeto de lei de renomeação da praça passou por veto²⁶ do prefeito de São Paulo, defendendo a permanência apenas do nome “Liberdade” sob a justificativa de o bairro se constituir em bases pluriétnicas e houve

²⁴ Destacamos os artigos nos jornais Nexo, Estadão, Folha de São Paulo e Jornal Nippak.

²⁵ A justificativa foi oficializada em documento escrito adjunto ao Projeto de Lei 357/2017, referente à renomeação da Praça.

²⁶ Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/razoes-do-veto-ao-projeto-de-lei-357-aposto-em-01-06-2017-oficio-de-9-de-fevereiro-de-2018>>. Acesso em 8 jul. 2020.

notória dissolução da concentração de japoneses e nipo-descendentes. Além de impactar nos endereços dos imóveis localizados adjacentes à praça. Ressalta-se, ainda, a contradição da renomeação conforme o art. 4º da Lei 14.454/2007²⁷, que veda a possibilidade de nomeação de espaços públicos com nomes distintos àqueles já incorporados à cultura da cidade, havendo, então, uma ponderação quanto à importância individual de “Liberdade” e “Japão”. Contudo, percebe-se que a causa ganha foi dada à justificativa de se utilizar o nome Praça da Liberdade-Japão.

No mapa de São Paulo, os endereços apresentam nomes de pessoas em rua, avenidas, bairros, praças, todos os espaços são nomeados. Essa necessidade de nomear lugares e criar uma identidade por meio da recordação de seu nome delinea os estudos da toponímia, ou toponomástica, campo de estudo da linguística que pesquisa sobre o nome dos lugares. Segundo Cabrera (2006, p.192), os processos de nomeação de espaços ocorrem em razão de acontecimentos marcantes cujo impacto reflete na aceitação comum da comunidade à tradução verbal da identidade do lugar, criando um topônimo. Contudo o nome escolhido está sujeito à duração efêmera enquanto representar linguística e culturalmente sua origem, podendo ser substituído conforme o contexto social.

Assim, se verificarmos outra versão para o significado do nome do bairro veremos que a palavra “liberdade” esteve presente em muitos momentos, como quando da mudança do nome da sua principal via de acesso, a rua da Pólvora. Em 1952, a rua passou a ser a atual Avenida Liberdade. Cada atualização tem ligação direta com a identidade territorial e o momento que foi escolhido o termo caracterizante do lugar.

No caso da recente denominação podemos dizer que os fatores influenciadores foram “a crescente industrialização da cidade, o ininterrupto desenvolvimento econômico do estado de São Paulo” (GUIMARÃES, 1979, p.64). A transformação do nome do Largo da Pólvora, passando para Largo da Força, Praça da Liberdade e, recentemente, Praça da Liberdade-Japão demonstra algumas transformações das camadas que compuseram o bairro nos últimos dois séculos. Há

²⁷Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14454-de-27-de-junho-de-2007/consolidado>>. Acesso em 8 jul. 2020.

ainda, associado ao caminho até a referida praça, o Largo do Pelourinho, hoje Largo Sete de Setembro.

Para organizar as histórias dos nomes dos logradouros públicos de São Paulo, criou-se o Dicionário de Ruas²⁸, uma base de dados disponibilizada pela Coordenação de Logradouros e Próprios Municipais (CDL), do Arquivo Municipal de São Paulo. Por meio desta é possível saber o motivo oficial pelo qual dado lugar fora nomeado. Curiosamente, no verbete referente à Praça da Liberdade-Japão, há uma hipótese acerca da utilização da palavra “liberdade” para nomear o bairro. Diz-se que até idos de 1821 a 1831 a Praça era conhecida como Campo da Força, denominação utilizada somente durante o uso da força. Consta no mesmo verbete que “o nome “Liberdade”, por sua vez, aparece pela primeira vez na cidade de São Paulo no mesmo ano de 1831”, em referência ao chafariz da Liberdade, assim nomeado em lugar do que seria a Praça da Liberdade, ou seja, o atual Largo de São Francisco (localizado no bairro Centro).

Em meados do século XIX a força foi desativada e o nome do local mudado, em 1851, para Praça da Liberdade, por sua ligação com o Chafariz da Liberdade, localizado junto ao Largo do Curso Jurídico (atual São Francisco). Aquele chafariz, por sua vez, fora assim denominado em 1832, numa homenagem da Câmara Municipal à revolta popular que culminara, no Rio de Janeiro, no ano anterior, com a queda do governo absolutista de D. Pedro I e seu retorno a Portugal. A homenagem assinalava assim a vocação liberal da elite paulista e o papel-chave que vinha assumindo na gestão da jovem nação independente. Do chafariz, o nome se estendeu à praça, depois à rua que os ligava e finalmente passou a abranger toda a área do que fora o Distrito da Glória (SEVCENKO, 2004, p.21). **REVER SE É ÚTIL**

Ao questionar qual rua representaria a cidade de São Paulo, dentre suas mais diversas composições, Nicolau Sevcenko (2004) destaca a Rua São Paulo, originalmente Rua dos Ingleses. Sua proximidade geográfica com o bairro da Liberdade ressalta a tônica do histórico do local. Antes considerado um “vazio” urbano, mas estrategicamente localizado, a colina na qual se situava a força transformou-se em todos os períodos, tendo seus habitantes e logradouros. Estes são testemunhos que agenciam na significação de seu território, ainda que os visitantes, ou *flâneur*, prestigiem e sejam influentes na mesma paisagem.

²⁸ Disponível em: <<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em:

A observação do cotidiano do bairro e o contato com toda sorte de experiências confirmam a ideia de mutualismo entre patrimônio e indivíduo, no tocante à construção de memórias. Hughes de Varine (2012) nos lembra que

O cidadão é um ser responsável, individual e coletivamente, por seu presente e por seu futuro. Para isso, precisa reconhecer, respeitar e utilizar o patrimônio que o define em sua diferença e o inscreve numa continuidade (VARINE, 2012, p.72).

Assim, delimitar uma paisagem cultural significa afastar a visão de indivíduo dentro de um espaço para ter a visão do todo, permitindo analisar melhor como se construiu o cenário de diversidade das expressões culturais. Conseqüentemente, no impasse de cada lado individualizar suas ações, fragiliza-se a ideia de que o lugar existe devido à diversidade social, originando fronteiras que distanciam o diálogo entre as partes.

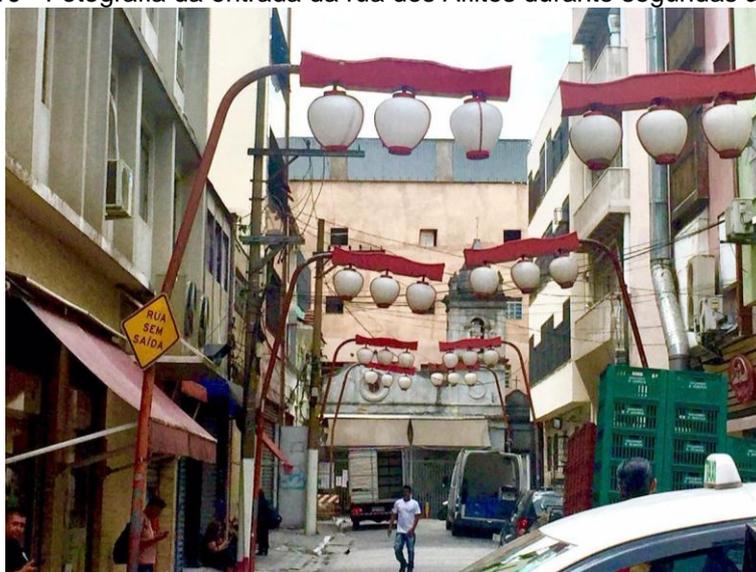
Olhar a paisagem, para os seres humanos é “repleto de impressões e memórias, encontra-se, portanto, afirmativamente e assumidamente presente” (OLENDER, 2015, p.167). É uma prática que evoca significados e simbologias apreendidos pela vivência do indivíduo e em imaginários coletivos, e que faz parte da formação de memórias afetivas. A criação de elos afetivos corrobora para a identificação e preservação do patrimônio urbano em meio às transformações dos espaços pelo tempo. Em metrópoles como São Paulo, o olhar acostuma com a não-perenidade das paisagens e, conseqüentemente, dá margem ao apagamento de testemunhos históricos, como vemos na história da Capela dos Aflitos. Além do olhar, toda experiência sensorial caracteriza o envolvimento com a paisagem e viabiliza a sensação de pertencimento ou estranhamento pelos habitantes.

Dessa forma é preciso problematizar a visualização da capela a partir do começo do beco, encoberta por diversas camadas que simbolizam a precarização da atenção ao bem histórico preservado ao fundo. Na figura 10, abaixo, percebe-se que a orientalização nos processos de reurbanização deixou a desejar a consideração quanto às paisagens do patrimônio que não seria incorporado ao novo contexto. Torna-se evidente a despreocupação dos gestores públicos em sobrepor histórias do bairro que convivem no mesmo período, reduzindo as chances de comunicação entre elas. Essa multiplicidade de culturas em um único ambiente é

refletida em “Indivisível” (2017) como expressão da formação de identidades com influências de ambas as partes da Liberdade.

Nesse sentido, no caso da renomeação da estação de metrô e da Praça da Liberdade-Japão, destaca-se o lugar em questão durante o processo de familiarização da população aos novos nomes, que apesar de constarem em placas leva mais tempo para entrar no vocabulário cotidiano das pessoas.

Figura 10 - Fotografia da entrada da rua dos Aflitos durante segundas à sábados



Fonte: Acervo pessoal (2019)

A paisagem cultural elaborada pela revitalização e orientalização da imagem do centro da Liberdade contrasta vividamente com a da rua (ou beco) dos Aflitos, que se insere na região geográfica do centro. De fato, a localização em um beco formado pelo loteamento do entorno indica a formação proposital de uma fronteira dentro do centro urbano que isolou a Capela. E assim deu margem ao processo de abandono e esquecimento de um bem que carrega simbolismos da história da cidade, um processo cujas ideias foram ratificadas por muito tempo.

Como afirma Danilo Ide sobre a persistência no existir de testemunhos ou “pegadas” do fluxo de diversos grupos sociais pelo mesmo território. Sendo uma comparação ao produto das andanças dos moradores e turistas, os espaços predominantemente japoneses, brasileiros, chineses, bolivianos e outros tantos, desenham a trajetória das vivências coletivas e individuais que compuseram e ainda compõem o bairro da Liberdade. Assim como um dia a Capela dos Aflitos e a Igreja dos Enforcados determinaram um período da história da escravidão, um dia as

suzurantô e o *torii* serão marcas da passagem dos imigrantes japoneses (IDE, 2014, p.85).

A efemeridade, porém, afetaria os *matsuris* de forma a manter o atrativo turístico como lembrança de um lugar que recebeu características da orientalização e tornou-se bem delimitado, quase como uma ilha. Caminhando pelas ruas, percebemos que ao redor há uma quebra na paisagem festiva e detalhadamente decorada, um entorno diverso ao da capela e da igreja, que, sem contextualização, pode levar ao questionamento da correlação entre as partes em uma primeira impressão.

Bem nos lembra Gonçalves (2007) que o patrimônio não é uma categoria dissociada do mercado. Aliás, seu caráter efêmero está ligado à visão sobre qual é julgado como tal ou absorvido de alguma forma pelo contexto em que se insere. Dessa forma também controla-se a abrangência do conceito de patrimônio, que já permite a percepção sobre os bens e o meio de toda comunidade humana como tal.

Em contrapartida, Simões (2017) defende que a mercantilização do patrimônio é vista como negativa quando lhe é atribuído um valor de produto que difere de seu propósito de criação original. O que resultaria em um abuso da utilização destes bens considerados símbolos para determinada cultura como instrumento mais voltado para geração de capital que para o compartilhamento da cultura de origem.

No que diz respeito ao turismo, em ambos os casos este se relaciona com o patrimônio tanto para promovê-lo e facilitar o conhecimento sobre tal quanto para seu entorno. Consideramos presentes na Liberdade as duas perspectivas: a inclusão de atividades como visitas guiadas e cultos organizados pela Unamca como projeção positiva do acesso à Capela dos Aflitos; e a feirinha de finais de semana e *matsuris* como uma forma de apreciação e consumo rápido das culturas asiáticas.

As revitalizações e mudanças de nomes em uma localidade dizem muito sobre o interesse atendido. Este deve ressaltar a participação conjunta da comunidade para discutir os valores que podem vir a ser alvo de consequências das mudanças. O tecido urbano depende da ação mútua de quem vive em distintas

realidades e experiência paisagens que constituem a identidade da cidade. Nos dizeres de Roberta Edelweiss (2016, p.155),

Os fatos urbanos, entendidos como elementos de valor e significado para uma sociedade, são elementos estruturadores da cidade e pertencem à memória coletiva. Dos fatos urbanos se compreende o fenômeno das permanências e o das rupturas, sejam monumentos ou fragmentos do tecido urbano.

Dentre os fatos que preenchem o cenário das ruas estão as manifestações culturais em forma de celebrações em datas específicas, a prática do caminhar pelas calçadas para observar a paisagem que se distingue pelas pessoas ocupando seu espaço e se apropriando da diversidade. Isto é, quando se toma conhecimento da importância que distintos elementos da mesma paisagem pode ter para grupos sociais distintos. O uso dos patrimônios cultural e histórico presentes em um lugar é uma forma de apropriação da comunidade daquilo que identifica como parte de sua identidade. Contudo, abala-se essa perspectiva quando a configuração urbana da cidade realiza processos de trocas, que podem propor um novo olhar sobre a preservação de patrimônios considerando que estes existem por meio dos significados criados pelos indivíduos e seu contexto. O bairro da Liberdade é um dos exemplos de lugares que enfrentam essa dualidade de ceder ao planejamento do desenvolvimento turístico e preservar lugares de memória. Além de enrijecer os meios de qualidade de acessibilidade e mobilidade devido à sua configuração geográfica com muitas vias surpreendentemente íngremes e irregularidades nas calçadas.

Capítulo 3: a região imaginada do Bairro Oriental

“A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma ela é humana e social”

(Andreas Huyssen)

Neste terceiro capítulo analisaremos as entrevistas semiestruturadas realizadas com Eliz Alves, representante da Unamca e Marília Marz, autora de *Indivisível*. Por questões de adequação ao momento de realização desta pesquisa as entrevistas foram feitas por meio de comunicação remota com trocas de e-mails e mensagens em áudio. Em relação ao trabalho de campo realizado em dezembro de 2019, em São Paulo, não foi possível comunicação formal com comerciantes do bairro da Liberdade, havendo apenas conversas casuais sobre o objeto de estudo deste trabalho.

A escolha das pessoas entrevistadas considerou sua relação com o bairro envolvendo a vivência com a capela e seu entorno. Pressupõe-se que a distinção de perspectivas sobre um lugar relaciona-se com a postura do indivíduo cidadão.

Com o interesse no sítio arqueológico dos Aflitos veio o foco em outra face da identidade do bairro que antes aflorava apenas com seus testemunhos edificados e seu nome, passando despercebida a profundidade com a qual surgiu. O valor do topônimo Liberdade, a partir de uma percepção estética, ou seja, que assimila a paisagem apenas como um retrato, mostrou-se tão amplo quanto seu uso como substantivo.

De qualquer forma, é impossível não ressaltar a importância dessa arquitetura, verdadeiras âncoras que resistiram às transformações impostas pelo espaço e tempo, sem as quais o trabalho não poderia ser acessada de nenhuma outra forma, pelo menos não durante uma visita ao bairro (MARZ, 2019, p.7)

Também a reafirmação desses espaços com o nome Japão pode ser visto como um retorno da lembrança de períodos que iniciaram o fluxo dos trajetos dos imigrantes japoneses pelas ruas do bairro. A passagem destes foi marcada pelo comércio, que aos poucos dá lugar a novos estabelecimentos, e permaneceu até o mesclar das gerações. E, concomitantemente, estabeleceu-se uma das bases para a caracterização de bairro comercial, reforçada pela chegada de comerciantes

chineses e coreanos. Atualmente as marcas que mantêm a imagem de “bairro oriental” são os festivais, as línguas estrangeiras em fachadas, nos jornais e nas conversas e a participação de visitantes que alimentam o turismo e o reconhecimento dessa face da Liberdade.

Há de ser lembrado que os processos de orientalização do bairro corroboraram para a delimitação de fronteiras imaginárias que separam o lado do consumo de massa e turismo, e as regiões vizinhas, predominantemente residenciais. Conforme Souza e Saito (2015), a identidade cultural de um grupo étnico asiático emancipou as formas de expressão da cultura do país de origem e passou a integrar o modo de se referir à região, como em “bairro oriental” e “bairro japonês”.

Em carta aberta, a Unamca expressou a necessidade de amparo da gestão pública na preservação da capela como patrimônio do bairro da Liberdade. Durante a pesquisa de campo foi possível verificar as condições em que se encontra, sendo preocupante a quantidade de rachaduras, infiltrações e a fragilidade das paredes internas e externas. Em 2011 foi aprovado um projeto de obras de restauro financiado pela lei de incentivo à cultura, a Lei Rouanet, contudo até a realização deste trabalho o projeto não se concretizou. Na entrevista Eliz Alves comenta:

Nossa apreensão torna-se ainda mais legítima e urgente, considerando os reais e comprovados impactos manifestados nas rachaduras recentes das paredes do lado interno da Capela, que inclusive foram calçados pela construtora responsável pela referida obra, além da parede do lado externo fronteiro à obra que foi totalmente rebocada sem qualquer critério para uma edificação tombada, pela mesma empresa que atua na obra, para cobrir os estragos realizados (Unamca).

Na nova fase de apoio à representatividade da capela e de seu significado, em 28 de janeiro de 2020, o prefeito Bruno Covas sancionou a Lei nº 17.310/2020, que autoriza a construção de um memorial na região em que foram encontradas as ossadas.

Tudo tem um valor muito importante, mas na questão de respeitar a história da cidade, ficou muito a desejar. Nós não tivemos nenhum apoio da Associação Cultural (ACAL). Na verdade, eu venho pensando, junto a alguns colegas em uma forma de abrir esse diálogo com eles também. Porque o memorial, agora, vai ser de interesse comercial também para eles. Vai ser um lugar que a gente quer que seja muito visitado, que atraia muitos turistas e isso vai ser um benefício para eles também (Eliz Alves).

O “bairro oriental” é um território imaginado²⁹ e fisicamente delimitado pela cenografia, que perpetua a imagem da orientalização e do reduto criado para imigrantes asiáticos, e que compõe parte da região geográfica que é o distrito da Liberdade. Junto a testemunhos de outros tempos anteriores aos imigrantes e da atual configuração urbana, o bairro se mostra maior que o apelido de bairro japonês, contudo, desmerecer a influência dessa cultura. O *soft power* da cultura japonesa ainda se faz presente pelas inúmeras mercearias e restaurantes, nos quais as gerações atuais que ali trabalham e consomem são nikkeis e não-nikkeis, nas festas bem datadas e na feirinha dos finais de semana. O Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (MHIJB) está presente para preservar e manter fresca para as futuras gerações o histórico de alguns dos trajetos que os japoneses fizeram. Preserva-se, também registros do fluxo de renovação que os descendentes e simpatizantes da cultura japonesa propõem ao ocupar espaços esvaziados dos primeiros imigrantes.

A linguagem perdida nas placas e fachadas retirou parte da caracterização do bairro, mas que estará presente no imaginário de seus habitantes. Souza e Saito (2015) afirmam, também, que é por meio da língua utilizada nas placas de restaurantes e lojas de produtos asiáticos que delimita-se a região do Bairro Oriental.

Reflete também todo um complexo processo de comunicação ligado ao tipo de identidade cultural que foi sendo escrita nesse espaço na mesma medida em que as placas também passaram a representar uma referência simbólica de identidades culturais anteriores que ainda continuam manifestadas no meio de outras identidades do período atual (SOUZA, SAITO, 2015,p. 23-24).

A cidade é espaço urbanizado que guarda tanto paisagens naturais e criadas por nós, ainda que a delimitação de nossos territórios signifique a restrição daqueles em que há natureza que não criamos. É nesse espaço que manifestações culturais materiais e imateriais existem e nos fazem existir por significarem que há trajetórias humanas. O que dá continuidade ao modo como selecionamos e preservamos a representatividade de atores da história do mesmo lugar.

²⁹ O conceito de comunidade imaginada, originalmente cunhado por Benedict Anderson (1983), define a convivência de uma comunidade sob características e eventos que sustentam identificação coletiva dentro de determinado território. Relacionamos essa noção com as ações realizadas para criar a identidade cultural da parte turística do bairro da Liberdade limitada às referências da cultura japonesa, generalizando a percepção do que é associado ao conceito de oriental.

Reconhecemos que está nos elementos que formam e transformam as cidades que a forma como gerimos as memórias das testemunhas. Para Halbwachs (1950), há memória conforme haja identificação de grupos sociais com elementos em comum entre si. Entretanto, a seletividade do que será valorizado e preservado torna-se subjetivo e motivo para conflito entre ideias divergentes de grupos que habitam o mesmo lugar. Vemos aqui o lugar como um espaço imbuído de significado referente à formação de identidades coletivas e individuais.

Assim, o conflito visto no bairro em questão se dá pela utilização de topônimos que tanto marcam períodos emblemáticos locais quanto restringem a percepção da diversidade étnica constante em seu histórico. Na situação de modernização do bairro e as transformações fortemente presentes na cidade de São Paulo, persiste a prática de torná-la uma “cidade-palimpsesto”, conceito que Andreas Huyssen (2000) utiliza ao caracterizar os vazios de Berlim e o apagamento das referências ao período nazista. Esses apagamentos estrategicamente direcionados estão ligados à vontade de projetar uma imagem mais “simpática” do lugar apoiando nos meios de comunicação em massa. E com isso enfraquece os mecanismos de lembrança e construção de memória das minorias. Inclusive, é importante ressaltar que a representação de demais culturas asiáticas fortemente presentes está longe de fazer parte das ações da ACAL, citada no começo deste trabalho por organizar eventos de cultura japonesa no centro do bairro. Dentre os quais, o festival Toyo (*Toyo Matsuri*), que apesar da tradução ser “festival oriental” ressalta o nipo-centrismo.

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias recorrentes (POLLAK, 1989, p.4).

Segundo Huyssen (2000), a aceleração dos meios de comunicação encurtaram a distância entre espaços reais por meio da mídia e passaram a apresentar culturas distantes à curiosidade de outras. Entretanto, nesse cenário a memória passou a ser discutida quanto à possibilidade de esquecimento, criando o medo da amnésia. Também é visto que a mídia tem capacidade de transmitir informações suficiente e incisivamente para que um objeto torne-se “obsoleto” e, por

termos nos aproximados deste, inicia-se uma agitação para que tudo seja musealizado para que não se esqueça.

Dessa forma, a construção de nossas memórias distancia-se do apego e da naturalidade que poderiam ser formadas e passam a fomentar o medo frequente de perda e esquecimento, o que levaria ao questionamento da valorização dos bens culturais. Entraria em cheque os processos de ressignificação e reavaliação dos valores atribuídos ao patrimônio e aos lugares.

Segundo Edward Said (2007), a origem da divisão em “Ocidente” e “Oriente” é pautada na ideia de definição de identidades ocidentais pela afirmação do que é diferente como um simples outro. Visto que as culturas asiáticas e africanas por muito tempo estiveram à margem do conhecimento eurocêntrico, facilitou-se a criação de uma imagem fantástica dessas culturas, frequentemente chamadas de exóticas.

Há diversos motivos para criar resistência ao contato entre culturas ocidentais e orientais. A polarização mantém as ideias do afastamento da diversidade cultural, ainda que o mundo esteja mais conectado pelas tecnologias de informação e comunicação, de integração entre grupos migratórios de séculos passados que hoje coexistem com a mestiçagem. A história de uma nação infelizmente não alcança todos seus indivíduos da mesma forma ou com a mesma profundidade, resultando em porcentagens de períodos históricos hierarquizados ao serem repassados.

Dessa forma, a história da imigração japonesa no Brasil apresenta sua importância enquanto rememorada por seus atores e atuais simpatizantes. Tal qual é a justificativa para a constante reafirmação das características cenográficas do bairro da Liberdade. Mesmo o comércio e o turismo são expressões dessa ação de manter a imagem da cultura japonesa no local. As demais culturas asiáticas e brasileiras presentes também fazem parte da identidade do lugar e da memória de suas pessoas.

De um lado temos os esforços dos imigrantes para acomodarem-se e adaptarem o bairro a uma paisagem familiar como forma de se apresentar e inserir na população brasileira. Do outro, temos o aproveitamento do novo aspecto da região para impulsionar o turismo cultural utilizando elementos identitários de

indivíduos cuja cultura é manifestada e incorporada por outros. Estes, então, são consumidores e indicadores da efetivação do uso de *soft power* pela cultura japonesa.

Em finais de agosto de 2020 levantou-se uma discussão acerca do Projeto de Lei nº 0789/19 elaborado por Aurélio Nomura (PSDB), Ota (PSB) e Rodrigo Goulart (PSD), cujo parecer favorável foi emitido no mesmo mês, trata de vedar a comercialização de produtos “não orientais” na Feira Oriental da Liberdade, iniciada em 1975. As propostas apresentadas, verificadas no parecer, são vistas como meio de preservação e promoção da cultura dita oriental, especificamente a cultura japonesa. Enfatiza-se que todos os produtos sejam orientais e que para garantir a manutenção desse aspecto seja criada um Conselho Gestor da Feira Oriental “composto por expositores da feira com mais de 8 (oito) anos de feira, conhecedores da cultura oriental” (PL0789/19, Art.3º).

Dada a contextualização da formação das camadas do bairro podemos perceber que, atualmente, há descontinuidades nas gerações de nipo-descendentes que habitam o lugar porém o legado da influência cultural japonesa está registrado no modo de se perceber o bairro hoje. Contudo, as medidas de acentuação da presença de uma única cultura expressa continuidade no processo de gentrificação e reforço na posição hegemônica desta.

Os processos de orientalização e foco da promoção das culturas ditas “orientais”, especialmente a japonesa, resumiram-se em formatar a região imaginária que é o “bairro oriental”. De fato a presença dos japoneses estabeleceu um início de investimento focado para o desenvolvimento comercial e turismo cultural na Liberdade. Contudo, em meio ao empenho em favorecer interesses de um único lado, deram embasamento para vários equívocos e acomodação da percepção social. Os eventos fomentados pela ACAL, o MHIJB, o Bunkyo e todas as outras referências às culturas do leste asiático enquadraram uma paisagem cultural no bairro e, conseqüentemente, contribuíram para o apagamento das demais partes.

A sensação que fica é de restabelecimento de uma identidade fortemente ligada à imagem da Liberdade exclusivamente japonesa, o que é controverso à todas as outras estruturas existentes em razão da diversidade social que por séculos

moldaram a região do antigo distrito sul da Sé. Ainda nesse pensamento é mantida a associação de “oriental” como sinônimo de “Japão”. Disso surge outro aspecto limitante da região do “bairro oriental”, a renomeação de espaços públicos como estação Japão-Liberdade e Praça da Liberdade-Japão, priorizados por interesses específicos que não atenderam à comunicação com demais habitantes do bairro e demandou gastos exorbitantes para tais mudanças. Ao passo que tensiona a discussão da disputa entre mecanismos de memórias para se manterem vivos, como é visto pelo descaso à preservação da Capela dos Aflitos. Sobrepor a ideia do bairro da Liberdade possuir uma única identidade e restringi-la às expressões ditas “orientais” está longe de valorizá-lo como o principal suporte para todos os discursos atuais acerca de suas representações.

Paralelamente às renomeações há mobilização de projetos para que a origem negra da Liberdade não seja esquecida, como vimos a criação da União dos Amigos da Capela dos Aflitos (Unamca), a publicação de Indivisível, e, mais recentemente a promulgação da lei de criação do memorial dos Aflitos e da delimitação do sítio arqueológico.

Bourdieu (1989) associa o nascimento de uma região como uma performance na qual prevalece a relação dominação e submissão das partes sociais envolvidas, tornando o lugar um objeto maleável ao interesse pontual do poder público. Contudo, se uma região existe é por sua organicidade em envolver agentes e fatos históricos que utilizam o espaço em determinados períodos. Em outras perspectivas a região reflete a formação virtual de fronteiras e fragmentação de territórios para que se possa diferenciar o que será visto como interno a uma nação e o que será o outro ainda mais distante e exótico.

Considerações finais

O imaginário coletivo do Bairro da Liberdade foi estruturado sob o pretexto de desenvolvimento econômico e enaltecimento da cultura dos imigrantes, contudo pode ser visto como um instrumento de espetacularização da cultura japonesa. Obtendo impulso, inclusive, do movimento propagandista *cool Japan*, entre os anos 1990 e início dos 2000. Assim deu-se continuidade ao apagamento sistemático do passado do bairro antes dos japoneses e especificamente aquele relacionado à memória negra. Com o reconhecimento do terreno como sítio arqueológico percebeu-se outro lado da identidade do bairro.

Finalmente, podemos dizer que as memórias do Bairro da Liberdade existem pela coexistência de múltiplas expressões culturais asiáticas e brasileiras em formas urbanas que somente são assimiladas pelo entendimento de sua presença. É possível, em meio à agitação do comércio e das multidões dos *matsuris* perceber que a Liberdade é lugar que se reescreve; e como toda a reescrita, mantém marcas de seu passado. Canclini nos lembra que,

Embora ocasionalmente o patrimônio sirva para unificar uma nação as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre os setores que a compõem. Consagram-se como superiores bairros, objetos e saberes gerados pelos grupos hegemônicos, porque eles contam com a informação e a formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los e, portanto, para controlá-los melhor (2016, p. 73).

Propor uma presença pacífica entre os dois lados da história talvez não tenha repercussão, já que há mais conflitos de interesses do que as mídias de fato transmitem. Contudo, quem conhece o local sabe dos enlaces e dos emaranhados que as relações das pessoas entre si e entre os patrimônios estão constantemente se reinventando e a comunicação entre estes deve (ou deveria) ter menos ruídos possíveis, o que faltou para compreender a ligação do próprio nome “Liberdade” com seus monumentos que resistem aos novos colegas de rua.

Consideramos bem-vinda a lei de criação do memorial da Capela dos Aflitos quando refletimos e ponderamos a prioridade de investimento em uma nova construção frente ao péssimo estado de conservação da Capela. Os esforços da Unamca e Indivisível são representações daqueles que conhecem uma história da

Liberdade enterrada que resiste através da imagem da Capela dos Aflitos e da Igreja Santa Cruz dos Enforcados e do nome Liberdade.

Acredito que devemos reconhecer que o processo de gentrificação no bairro da Liberdade se apropriou dos momentos de adaptação da colônia japonesa e de enfraquecimento das memórias dos negros no bairro para realizar os interesses somente econômicos dos gestores públicos. O patrimônio cultural plural do bairro é constantemente ressignificado e instrumentalizado para atender à demanda do crescimento do turismo.

O Bairro Oriental é um espaço de sobreposição das memórias e dos modos da vida dos japoneses, e também dos chineses, dos coreanos e de outros habitantes e de outras nacionalidades que tiveram a oportunidade de viver nessa área específica. A área do Bairro Oriental no Bairro da Liberdade permite enxergar as transformações e identidades e da cidade de São Paulo (SOUZA, SAITO, 2015, p. 24).

Referências bibliográficas

ADRADE, Arlete Fonseca de. Liberdade: Imagem, apagamentos e transformações na cidade de São Paulo. In.: **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza. ed. nº 000094, vol. 1. 2016, 16p. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/liberdade_imagem_apagamentos_e_transformacoes_na_cidade_de_sao_paulo.pdf1__0.pdf>. Acesso: 28 out. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia. 1ª ed. Editora Cortez, São Paulo, 2007, 168p.

AUGÉ, Marc. Dos Lugares aos Não-lugares. In: **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus. p. 71-105, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In.: **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Editora da Universidade de São Paulo. p.107-116, 2008.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbetes). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>>. Acesso em 9 jul. 2020.

CABRERA, Genoveva Torres. **Sobre toponomástica**. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. p.192-206, 2006. Disponível em: <https://accedacris.ulpgc.es/bitstream/10553/4202/1/0234349_00008_0009.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº 01-00357/2017**. 2017, 1p. Disponível em: <<http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0357-2017.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei nº 14.223/2006**. 2006, 18p. Disponível em: <<https://cm-sao-paulo.jusbrasil.com.br/legislacao/804537/lei-14223-06>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Lei nº 14.454 de 27 de junho de 2017**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14454-de-27-de-junho-de-2007/consolidado>>. Acesso em 9 jul. 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Lei nº 16.960 de 18 de julho de 2018**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16960-de-18-de-julho-de-2018/consolidado>>. Acesso em 9 jul. 2020.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade. TAVARES, Maria Goretti da Costa. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. In: **Sociedade e Território**. Natal. RN. vol. 28, n. 2, p. 117 - 135, 2016.

CONDEPHAAT. **Resolução SC S/N/78 de 23 de outubro de 1978**. 1978, 1p. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/88e38_RES.%20SC%20SN%20-%20Capela%20dos%20Aflitos.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. In: **Espaço e Cultura**. UERJ, p.149-156, 2008.

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, vol. 7, n. 1, p. 87-101, jan.-abr. 2012.

DEZEM, Rogério. Matizes do 'Amarelo': Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. In: **Matizes do amarelo: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878- 1908)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 23p.

EDELWEISS, Roberta Krahe. Cidade contemporânea, memória e preservação patrimonial: uma interpretação das preexistências culturais. In: **Oculum Ensaios**, Revista de Arquitetura e Urbanismo. vol.13, n.1, p.153-162, 2016.

FANTIN, Jader Tadeu. Do interior para os porões, dos porões para as fachadas: os japoneses no bairro da Liberdade em São Paulo. In: **ACTA Geográfica**, São Paulo: Boa Vista. vol. 9, n.20, 2015.p.72-95.

GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro. **Liberdade**. Série: História dos bairros de São Paulo. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura. vol. 16, 1979. 163p.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros. 1987, 828p.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia Tradução: Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

IDE, Danilo Sergio. **Perambulações no bairro da Liberdade**: passeios ao vivo e em vídeo com moradores locais. Dissertação (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. 198p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27052014-154941/publico/ide_corrigeida.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

ISSHIKI, Jaqueline Naomy; MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. *Soft Power* como estratégia de marketing: a manifestação da cultura pop japonesa no Brasil. In: **Estudos Japoneses**. n.36, p.59-70, 2016.

NAKAGAWA, F. S.; OKANO, M.; NAKAGAWA, R. M. de O. **Dois visões da liberdade**: a orientalização e a orientalidade. *Estudos Japoneses*, [S. l.], n. 31, p. 45-62, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ej/article/view/143041>. Acesso em: 16 out. 2020.

NYE JR., Joseph S. **Soft Power**: the means to success in world politics. Estados Unidos: Nova York. editora Public Affairs, 2004,175 p.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. In: **Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea**, n. 6, p. 687-704, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano, In: **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia**,

Arqueologia e Patrimônio. vol. 2, n.4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, p.9-17, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RHODEN, Luiz Fernando. 50 anos depois: a Carta de Veneza ainda é atual? In: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de (Orgs.), **Patrimônio Cultural Plural.** Belo Horizonte: Arrares Editores, p. 175-190, 2015.

SAID, Edward. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 525p.

SAITO, Cecília. **O espaço residual no Bairro da Liberdade como linguagem e comunicação.** Associação Brasileira de Estudos Japoneses: ABEJ Papers. 2008, 12p.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade *metástasis* e o urbanismo inflacionário: incursões da entropia paulista. In: **Revista USP.** São Paulo, n. 63, p. 16-35. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13365/15183>>. Acesso em: 6 jul. 2020

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Fragmentos urbanos: o patrimônio e a construção das paisagens simbólicas nas cidades contemporâneas.** Mestrado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009, 119p. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/688/GT%209%20Txt%2014-%20%20SILVEIRA%2C%20Carlos%20E.%20R._%20MORAES%2C%20Nilson%20A.%20de.%20Fragmentos..pdf?sequence=1>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SOUZA, Marco. SAITO, Cecília. A comunicação bilíngue no Bairro da Liberdade. **Revista Extraprensa,** v. 8, n. 2, p.19-25, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/epx16-a03/100464>>. Acesso em: 5 ago. 2020.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares>>. Acesso em 22 jun. 2020.

VARINE, Hughes de. Patrimônio e Cidadania. In: Secretaria de Estado da Cultura. **Princípios básicos da Museologia**. Curitiba, p. 72-74, 2006.

Anexos

Anexo I

Entrevistada: Marília Marz (ilustradora e arquiteta).

Entrevistadora: Bruna Miyazaki de Souza

Local: por meio de correspondência por e-mail.

Data: 28/01/2020

B: Bruna Miyazaki de Souza

M: Marília Marz

B: Para dar início, gostaria de saber como surgiu a ideia de estudar a história do Bairro da Liberdade. E como disso veio à criação da obra “Indivisível”.

M: Eu estava em ano de TCC (me formei em arquitetura) e precisava escolher um tema. Decidi então, que faria um trabalho sobre identidade da cidade. Como esse é um tema muito abrangente, meu professor sugeriu que eu fizesse um recorte e escolhesse falar sobre a identidade de um bairro, por exemplo, para assim conseguir me aproximar um pouco da identidade de São Paulo. Logo de cara escolhi a Liberdade pois esse é o meu bairro favorito da cidade e também o bairro com o qual tenho mais familiaridade, pois frequentei muito durante minha adolescência e frequento até hoje.

B: Por vezes alguns pontos-chave do bairro passam despercebidos em meio à aparência oriental. Você já conhecia a Capela dos Aflitos e a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados antes de estudar o assunto?

M: Só conhecia de vista, mas não sabia nada sobre a história delas antes de fazer o trabalho. A Capela dos Aflitos, por exemplo, não possuía nem sinalização de rua até pouco tempo atrás.

B: Uma publicação como “Indivisível” é uma forma mais dinâmica de comunicar a arte e o assunto com mais pessoas que um texto acadêmico. Apesar de ser recente,

já houve algum feedback de seu público sobre a obra e o assunto tratado? Sem a necessidade de citar nomes, você poderia comentar um pouco a respeito?

M: Com certeza. Indivisível teve (e ainda tem) uma repercussão até que grande justamente por ter sido feito em uma mídia que é bastante visual. Acredito que a HQ torne tudo mais democrático, pois a combinação de texto e imagem chama mais atenção e comunica a ideia de uma forma mais simples e menos maçante e elitizada que a linguagem de um texto acadêmico. Tenho até hoje um retorno muito positivo das pessoas sobre Indivisível, de gente de todos os lugares possíveis, desde público geral até outros quadrinistas.

B: Sabendo dessa memória encoberta do nome “Liberdade”, qual sua percepção sobre o nome “Japão-Liberdade” e a configuração atual do bairro? Entendemos que a mudança do nome da praça e da estação de metrô tangenciam a questão da representação dos grupos urbanos que frequentam esse espaço. De alguma forma isso se reflete em sua identidade?

M: Eu considero a mudança do nome da praça e do metrô uma tristeza e um absurdo ao mesmo tempo. Acho um absurdo que dinheiro público seja gasto para reforçar algo que já faz parte do imaginário coletivo dos habitantes de São Paulo há décadas, isso sem falar que existem urgências muito maiores na cidade que não recebem a atenção e o investimento que deveriam. Além disso, a mudança distancia ainda mais as pessoas da origem do nome “Liberdade”, que está diretamente ligado à história da população negra em São Paulo. Essa mudança é mais um exemplo do apagamento da memória negra na cidade que vem sendo praticado há séculos. A cultura japonesa deve sim ser celebrada, foi e é muito importante para a formação de São Paulo e do Brasil que conhecemos hoje, mas atitudes como essa deixam claro a predileção de uma cultura em detrimento de outras, não apenas da população negra mas também de todas as outras pessoas de origens diversas que hoje moram no bairro, como chineses, angolanos, coreanos e tantos outros.



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Curso de Graduação em Museologia

Termo de Autorização de Divulgação de Entrevista

Eu, Marília de Azevedo Correa e Moreira,
declaro que, por meio deste termo, autorizo Bruna Miyazaki de Souza, graduanda em
Museologia da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília
(UnB), a utilizar as informações por mim prestadas, sem fins lucrativos, para seu Trabalho de
Conclusão de Curso, disponibilizado de forma impressa.

São Paulo _____, 22 de julho de 2020

Marília de A.C.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Anexo II

Entrevistada: Eliz Alves (coordenadora da União dos Amigos da Capela dos Aflitos - Unamca).

Entrevistadora: Bruna Miyazaki de Souza

Local: por meio de mensagens em áudio e escritas no Whatsapp.

Data:19/06/2020

E: Elizete Cristina da Silva Alves (Eliz Alves)

B: Bruna Miyazaki de Souza

B: Primeiramente, gostaria de saber como surgiu a ideia de criação da União dos Amigos?

Áudio da resposta: 6min40s

E: Eu sou frequentadora da Capela dos Aflitos desde a minha infância. Comecei a frequentar a capela quando eu tinha por volta de seis, oito anos, por aí. Meu pai era metalúrgico e tinha um hospital do sindicato dos metalúrgicos ali na rua do Carmo e o sindicato tinha um laboratório que atendia no beco dos Aflitos. Então a gente usava o médico lá e fazia os exames ali no beco. Foi aí que eu conheci a Capela dos Aflitos. Hoje eu tenho 56 anos, então faz bastante tempo que conheço a capela e vou à capela. Não ia com tanta frequência como tenho ido agora, por estar defendendo a causa. Mas sempre que possível dava uma passadinha por lá. E fui acompanhando a decadência da capela. [Entre] 92 para 93 eu estive lá. Em 1992 meu filho nasceu no final do ano. No comecinho do ano de 93 em janeiro eu estive lá e a capela ainda estava bem bonitinha, bem ajeitadinha, e fiquei um tempo sem ir, uns dois anos, acho, que eu fiquei sem estar indo lá. Quando eu voltei eu sei que a capela tinha passado por um incêndio e perdeu boa parte dos altares, do forro. Então tudo que está lá agora é mal acabado, o forro foi trocado por um de péssima qualidade, os altares, começaram a restaurar e largaram, os retábulos não foram tocados. Então está tudo muito abandonado. E nós... e eu frequentando conheci a

zeladora de lá na época e conversando com ela, ela me pediu fotos da capela. Eu tinha umas duas fotos da capela, eram fotos antigas dessa época antes do incêndio. porque eles tem um plano de restauro para a capela e precisavam de fotos. Eu combinei de voltar lá, levar as fotos, ela não acreditou mas eu voltei, levei as fotos e ela me convidou. Ela falou que, olha, eu, sempre inconformada, com o estado que a capela estava e evoluindo com o passar do tempo, evoluindo para uma degradação total, o cupim comendo os retábulo onde está Santo Antônio de Categeró já está até caída a coluna. E eu fui vendo aquilo, aquela degradação e quando eu conheci a zeladora, eu fiquei muito chateada de ver tudo aquilo, de ver o estado em que a capela estava. Ela então me convidou, passado um tempo dessa minha última visita em que eu levei as fotos, ela me chamou pra gente conversar a respeito do restauro, que eu já tinha perguntado para o padre como é que fazia, o que que iria acontecer, se não iriam fazer nada para restaurar a capela. Ele falou pra mim “olha, você tem que falar com a Cúria. Eu não posso fazer nada, depende da Cúria, só eles mesmo”. Nessa minha inconformação a gente se reuniu, eu, ela, o professor Sílvio Santana, o Ivan Husky, e a Dona Maria da Graça, Rainha do Congo de Minas Gerais, no dia 27 de junho do ano de 2018, ano em que a capela completou 239 anos. Nós nos reunimos pela primeira vez e tomamos essa decisão de formar esse coletivo, de formar esse grupo. a princípio a gente pensou em formar uma associação, mas não conseguimos nos organizar para isso, acabamos deixando por conta de um coletivo. Um coletivo que tem tanta força quanto uma associação, porque é o coletivo que mostra o seu interesse, sua causa, reúne e agrega várias pessoas. E nós, então, à partir desse momento, começamos a lutar pelo restauro da capela nossa primeira atitude foi fazer uma carta aberta, que posso até mandar para você uma cópia. Uma carta aberta cobrando providências quanto ao restauro, porque, para agravar ainda mais a situação, em 2018, o vizinho da capela tinha uma autorização para reformar um sobrado que era colado a capela. E ele abusou desse direito. Ele simplesmente derrubou o prédio e começou a erguer uma nova obra de quatro andares na intenção de fazer um multishopping. E a capela ficou com mais rachaduras, a gente [ficou] com muito medo [de] que ela caísse porque eles estavam batendo estacas, uma coisa, assim, bem violenta. Tudo tremia e começou a cair parte da fachada. A gente ficou muito apavorada com aquilo, então nós, como coletivo, à partir daquele instante, fizemos essa carta aberta reclamando daquela situação. Conseguimos,

com isso, o embargo daquela obra e passamos a discutir o que iria ser feito da capela, como seria dada a reparação à ela, ela como bem cultural material e imaterial, como ficaria a situação. Foi assim que surgiu a Unamca. Desculpe se eu me alonguei demais.

B: Estive na capela ano passado e apesar do espaço da capela muitas pessoas assistem às missas mesmo que na porta.

Áudio da resposta: 1min46s

E: Sim, a capela é muito frequentada por pessoas que são devotas do Chaguinhas e também por pessoas que vão acender velas para as almas, tanto para as almas benditas, quanto para as almas necessitadas. Não só na crença católicas mas [também] nas religiões afro e até mesmo nos budistas a alma precisa de luz. Muitas pessoas vão de outras religiões, até mesmo evangélicos vão até a Capela dos Aflitos acender velas para os seus mortos. As missas acontecem todas as segundas-feiras, de meio-dia e três horas da tarde e em edições extraordinárias, como no aniversário da capela no dia 27 de junho, no dia do Chaguinhas, que é dia 20 de setembro, nos preparativos para o Natal, nós temos algumas missas. Mas dia de missa, mesmo, na capela é segunda-feira e fica bem cheia, vai bastante gente, e fica gente até pelo lado de fora. Tanto que eles colocaram, à princípio, aquele toldo lá fora para proteger as pessoas que vão e ficam para o lado fora. Mas é uma coisa que no projeto de restauro está para ser extinto: tanto aquela grade quanto aquela tenda. Aquele toldo é para sair de lá.

B: Apesar de ser recente, já é possível ver os resultados das ações da Unamca?

Áudio da resposta: 6min10s

E: Apesar de a gente estar nessa luta há dois anos, nós entramos no meio dessa confusão justamente nesse momento em que eu te falo que o prédio foi derrubado e a intenção deles era construir mesmo não tendo alvará para isso. Então, qual foi nossa primeira ação? foi conseguir um embargo da obra. Nós embargamos a obra. Conseguimos esse embargo. Visamos todos os órgãos envolvidos e competentes: CONDEPHAAT, CONPRES, Prefeitura, a Subprefeitura e todo mundo foi

informado, o Ministério Público, do que estava acontecendo ali. E a obra, estando embargada, foi proposto um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, por parte do dono da obra para começar um restauro na Capela, do telhado e fachada, que foi o que ele acreditava que mais estava danificado, mas parou aí. Eles continuaram, voltaram a tocar a obra. À nosso pedido, quando do embargo, nós pedimos que eles olhassem pela capela que a obra estava embargada e a gente via uma necessidade de fazer uma contenção no entorno, né. Porque o alicerce dos vizinhos ficou todo exposto e inclusive o da capela, ficou aquele buraco enorme. Ia começar as chuvas então nós pedimos que fosse feita uma obra de contenção para que não pusesse ninguém em risco. Aí eles foram liberados para começar essa obra. Só que ali era uma região de interesse arqueológico pelo Iphan e eles resolveram pedir uma prospecção do terreno. Eles já haviam feito muitas escavações lá para fazer a tal das fundações, mas mesmo assim foi prospectado o terreno. Foi quando encontraram as nove ossadas no terreno, e estão em análise na USP. Me parece que a USP mandou para a Alemanha para ser feito o estudo de DNA para saber as origens dessas pessoas, se eram indígenas, africanos. Existe a forte possibilidade de que sejam africanos, porque o cemitério era voltado para isso. Todos os cidadãos que eram indesejáveis eram enterrados ali, os suicidas, os enforcados, os condenados à morte, os negros, os escravos, os doentes, os que tinham doenças infectocontagiosas e ficavam na antiga Casa de Misericórdia, na atual rua da Glória, eram enterrados ali. Ainda estão sendo estudadas as origens das pessoas, dessas ossadas encontradas, que são bem desgastadas, mas está sendo feita essa análise. Então, essas são as conquistas que a Unamca teve. A partir daí já surgiram vários movimentos interessados, abraçaram essa causa. Criaram o movimento de proteção do sítio arqueológico dos aflitos, com o apoio do vereador Reis nós conseguimos um projeto de lei que foi assinado pelo prefeito e nós conquistamos um memorial dos aflitos. Agora está na fase do executivo que precisa desapropriar o terreno e construir o memorial. Nós estamos trabalhando junto a esses movimentos, o Movimento Negro, a Unamca, vários religiosos das religiões de matriz africana, até do Movimento Negro Unificado. Essas são algumas coisas que a capela conseguiu. Nossa grande dificuldade com relação ao restauro da capela é a própria Cúria, que a gente não conseguiu até pouco tempo estabelecer um diálogo com eles. Agora nós tivemos a mudança dos padres, um outro entrou no dia 8 de março, e eles tem

interesse. Eles estão tentando trazer o bispo para esse diálogo para que a gente possa de fato trabalhar no restauro da capela.

B: A comunidade da Liberdade é engajada com a realidade da capela?

Áudio da resposta: 3min11s

E: Quanto ao movimento (pausa para releitura da pergunta) nós não temos um grande contato. A gente tem que entender quem frequenta a capela, é um público muito rotativo, são muitos devotos de Chaguinhas de todos os lugares do Brasil: vem gente do Pará, vem gente do Nordeste, vem gente do Rio. Vem gente até de fora do Brasil: dos Estados Unidos. A gente recebe muitos grupos que vem acompanhando jornadas turísticas, fazendo passeios turísticos que vem de vários lugares da América Latina. Então é um público muito rotativo. E a gente percebe que a comunidade da Liberdade mesmo, os nipo, não tem um grande envolvimento, apesar deles frequentarem também, mas a gente não percebe um grande movimento. Nós tivemos um texto³⁰ defendendo o nome da estação e da praça por entender que ali era um território negro, que a Liberdade foi a periferia de São Paulo vamos assim dizer, e era o lugar onde o povo negro morava, um povo mais pobre, onde havia prostituição, era no bairro da Liberdade. Até a chegada dos japoneses, que começaram a lotear aqueles terrenos todos, começaram a vender aquelas chácaras e ali eles começaram a viver e foram modificando. Os mais pobres, o povo humilde foi sendo afastado dali, daquela região central. E assim vai, como até hoje os bairros vão crescendo, vão melhorando, vão mudando de padrão e você vai sendo empurrado cada vez mais para a periferia. Então ele faz essa defesa de ser um território negro, que deveria ser respeitado o nome, ainda mais porque existe toda uma história por trás disso. Inclusive a história do Chaguinhas faz parte, o pelourinho, Largo da Força e a Capela dos Aflitos.

[sobre a cenografia do bairro] Áudio da resposta: 1min26s

E: Esse é um outro fator, a questão da decoração nipo. É uma coisa que a gente precisa trabalhar com eles. Porque o sonho que a gente tem é re-urbanizar o beco, e

³⁰ Referente à publicação em Facebook pelo advogado Renato Igarashi.

nessa reurbanização, aquelas lanternas terão de ser removidas. Esse é um diálogo que a gente precisa travar também com eles. Porque além de não estar dentro do contexto da história, ele também tira visibilidade da capela. A capela já fica lá escondida no final do beco, ela já fica sufocada pelas construções, tão apertadas, tão em cima dela, e as luminárias tiram a visão. Quem olha pensa que lá no fundo é uma quitandinha que tem lá, ninguém acha que é uma igreja que está ali. Essa é uma das partes da revitalização do beco que faz parte do projeto que a gente está traçando para restaurar a capela e ligar ao memorial. Se Deus permitir, nós vamos conseguir fazer o memorial ali.

B: Mesmo havendo todo esse impasse e justificando a importância de se manter a capela preservada, a Associação Cultural e Assistencial da Liberdade - ACAL se manifestou de alguma forma?

Áudio da resposta: 3min31s

E: Nós temos conhecimento de que foi um grande comerciante que pediu isso, essa mudança, essa alteração de nome da Praça da Liberdade e estação Liberdade. Não foi pensado na questão histórica, não foram respeitadas essas coisas. Simplesmente, para nós, muito me pegou de surpresa, muita gente não sabia, a gente não esperava. A gente entende o valor do povo japonês, compreende o que eles fizeram aqui. O quanto eles trabalharam, assim como os italianos, o quanto trabalharam para a formação deste país. Eles representam uma geração de empregos para muitas pessoas. Tudo tem um valor muito importante, mas na questão de respeitar a história da cidade, ficou muito a desejar. Nós não tivemos nenhum apoio da Associação Cultural [ACAL]. Na verdade, eu venho pensando, junto a alguns colegas em uma forma de abrir esse diálogo com eles também. Porque o memorial, agora, vai ser de interesse comercial também para eles. Vai ser um lugar que a gente quer que seja muito visitado, que atraia muitos turistas e isso vai ser um benefício para eles também. A gente está buscando uma via de contato com eles, que eu acho que é muito importante para todas as partes, mas falar que eles nos procuraram, que tivemos algum contato, não, não tivemos. Quem se ofereceu a ajudar um pouco foi a Associação Comercial, eles se ofereceram, uma

vez cederam sala para que a gente se reunisse para estar conversando. Estou até tentando retomar esse contato com eles agora.

B: Na perspectiva de vcs como foi receber a renomeação da Praça e da estação?

Áudio da resposta: 2min47s

E: Eu não fazia ideia de que isso iria acontecer e a maioria das pessoas ali também não sabiam. Foi pego totalmente de surpresa. O que a gente podia fazer para abrir reclamação nós abrimos, mas aí já cai no âmbito estadual, a prefeitura não tem muito o que fazer. Nós entramos com um pedido, o vereador Reis entrou com um pedido recentemente para que pelo menos a praça da Liberdade volte a ser... agora ficou Japão-Liberdade... que se devolva, pelo menos que seja Liberdade-Japão. Se você coloca um nome em segundo plano ele vai desaparecer, mais um apagamento. Quando você tem estação Liberdade-Japão, todo mundo continua chamando de Liberdade, mas ao passo que você coloca Japão-Liberdade, vai indo e vão deixar de chamar de Liberdade, vai ficar só Japão e a gente não quer isso. Então foi mais o vereador Reis que tomou mais iniciativa junto com um colega deputado estadual que agora não me ocorre o nome. Ele já abriu um pedido que se renomeie pelo menos a praça. Me parece que a estação a gente não conseguiria por ser de âmbito estadual, a praça a gente conseguiria por ser municipal. Então está tramitando, com a chegada da pandemia eu parei de acompanhar. Não tivemos mais reunião com o vereador, não sei como ficou. Mas tem essa intenção, vamos ver se acontece alguma coisa. Os demais membros ficaram muito chateados e bastante revoltados, porque a gente não quer que a história se apague e tudo é feito no propósito de se apagar. E é uma história que tem que ser preservada. A gente não pode deixar de ensinar isso, é coisa que deveria ser matéria de escola como manda a lei mas não é feito. A história de Chaguinhas deve ser preservada, ela não deve ser apagada.



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Curso de Graduação em Museologia

Termo de Autorização de Divulgação de Entrevista

Eu, Elyete Custina de Silva Alves (Elyz Alves),
declaro que, por meio deste termo, autorizo Bruna Miyazaki de Souza, graduanda em
Museologia da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília
(UnB), a utilizar as informações por mim prestadas, sem fins lucrativos, para seu Trabalho de
Conclusão de Curso, disponibilizado de forma impressa.

João Paulo 21 de fevereiro de 2020

Assinatura do(a) entrevistado(a)